AMOSTRA

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

TCE MA

REVISÃO 7X



memoriza.ai

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO TCE/MA!

Seja muito bem - vindo!

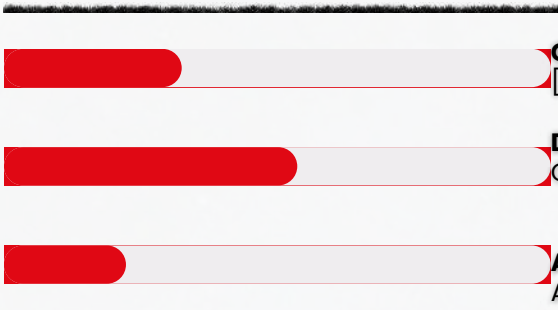
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO - 32,50% [LÍNGUA PORTUGUESA]

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 53,63% [DIREITO CONSTITUCIONAL]

ATOS ADMINISTRATIVOS- 37,8% [DIREITO ADMINISTRATIVO]

É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **3 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

COMEÇAR A ESTUDAR PARA CONCURSOS PODE GERAR MUITAS DÚVIDAS, E UM BOM PLANEJAMENTO FAZ TODA A DIFERENÇA. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ COMO ESCOLHER O CONCURSO IDEAL, ESTRUTURAR SUA ROTINA DE ESTUDOS, MONTAR UM CRONOGRAMA EFICIENTE E UTILIZAR AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM. O OBJETIVO É MOSTRAR O CAMINHO COMPLETO PARA CONSTRUIR UMA PREPARAÇÃO ORGANIZADA, CONSISTENTE E MUITO MAIS PRODUTIVA.



BÔNUS 2: CADERNO DE ERROS DA RETA FINAL

NA RETA FINAL, ACERTAR MAIS DEPENDE, PRINCIPALMENTE, DE DEIXAR DE REPETIR OS MESMOS ERROS. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ A MONTAR UM CADERNO DE ERROS REALMENTE EFICIENTE, REGISTRANDO SUAS DIFICULDADES, IDENTIFICANDO PADRÕES E REVISANDO EXATAMENTE OS PONTOS QUE MAIS PRECISAM DE ATENÇÃO. ASSIM, CADA ERRO DEIXA DE SER UM OBSTÁCULO E PASSA A ACELERAR SUA EVOLUÇÃO ATÉ O DIA DA PROVA.



BÔNUS: MANUAL DA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

RESOLVER CENTENAS DE QUESTÕES NÃO GARANTE EVOLUÇÃO QUANDO ISSO É FEITO SEM MÉTODO. NESTE MANUAL, VOCÊ APRENDERÁ UMA FORMA ESTRATÉGICA DE ANALISAR ENUNCIADOS, ELIMINAR ALTERNATIVAS, IDENTIFICAR PEGADINHAS E REVISAR SEUS ERROS DE MANEIRA INTELIGENTE. COM ESSE PROCESSO, CADA QUESTÃO RESOLVIDA PASSA A GERAR APRENDIZADO REAL E AUMENTA SUA EFICIÊNCIA DURANTE TODA A PREPARAÇÃO.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza 

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br

ou

clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

Conhecimentos Gerais

- Língua Portuguesa
- Competências Digitais e Informática Aplicada ao Setor Público
- Raciocínio Lógico
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Controle Externo
- Legislação Específica
- História e Geografia do Estado do Maranhão
- Noções de Direitos Humanos

Cargo 16: Técnico Estadual de Controle Externo – Especialidade: Técnico-Administrativa

- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo
- Gestão de Contratos
- Execução Orçamentária e Financeira

Cargo 12: Auditor Estadual de Controle Externo – Especialidade: Controle Externo

- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Direito Financeiro
- Direito Tributário
- Direito Previdenciário
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Penal
- Contabilidade Geral
- Contabilidade Pública
- Auditoria do Setor Público

Cargo 3: Analista Estadual de Apoio ao Controle Externo – Área: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Direito

- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Direito Financeiro
- Direito Tributário
- Direito Previdenciário
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Penal

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

memoriza.com

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL III



Quando **o verbo inicia a oração ou está no imperativo afirmativo**, o **pronome oblíquo** deve **vir depois dele.**

ÊNCLISE

A ênclise ocorre quando o **pronome oblíquo fica ao final do verbo**, **ligando-se a ele com hífen**. A ênclise acontece quando **não há justificativa nem para a próclise, nem para a mesóclise.** Portanto, nas seguintes condições:

- **Não houver palavras atraindo o pronome para antes do verbo**; e
- **O verbo não estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo.**

Veja o seguinte caso:
Apresentou-se *ao novo chefe.*

Nessa frase, **não há palavras atrativas antes do verbo**, que também **não está conjugado no tempo futuro do modo indicativo**. Por isso, o **uso de ênclise é aceito.**

→ EXEMPLOS DE ÊNCLISE

- **Preparávamo-**nos para a viagem quando choveu.
- **Expresse-**se sem medo na reunião.
- É fundamental **organizarmo-**nos antes de o evento começar.
- A equipe **dedica-**se sempre ao trabalho com entusiasmo.
- Minha irmã **formou-**se em medicina no ano passado.

→ Ênclise em locuções verbais

O pronome pode aparecer após o primeiro verbo (verbo auxiliar) ou após o segundo verbo (verbo principal).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo principal
*Devem-**nos** informar sobre o resultado em breve.*

Verbo auxiliar + verbo principal + **pronome oblíquo**
*Devem informar-**nos** sobre o resultado em breve.*

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL II

TIPOS DE SUJEITO



1 SUJEITO SIMPLES

👉 Ocorre quando há apenas um núcleo (uma palavra principal) representando o sujeito.

Exemplo: O vizinho está chamando.
➡️ **Aqui, "vizinho" é o núcleo do sujeito.**

2 SUJEITO COMPOSTO

👉 Acontece quando o sujeito tem **dois ou mais núcleos ligados entre si.**
Exemplo: Minha mãe e meu irmão amam chocolate.
➡️ Os núcleos do sujeito são "**mãe**" e "**irmão**".



3 SUJEITO OCULTO (OU DESINENCIAL)

👉 O **sujeito não aparece escrito na frase**, mas **pode ser identificado:**

- pelo **contexto** (quem está falando ou sobre quem se fala);
- ou pela **desinência verbal** (a terminação do verbo).

Exemplo: Estamos muito felizes com a novidade.
➡️ O verbo "**estamos**" indica que o sujeito é "**nós**".



4 SUJEITO DETERMINADO

👉 É aquele que pode ser **identificado** de **alguma forma.**
➡️ Engloba os sujeitos **simples**, **compostos** e **ocultos**.
Exemplo: Carla disse que vai viajar.
➡️ O sujeito é "**Carla**", facilmente reconhecido.

5 SUJEITO INDETERMINADO

👉 Quando **não conseguimos identificar o sujeito**, nem pelo **contexto** e nem pela **forma verbal.**
➡️ Geralmente aparece com:

- verbo na **3ª pessoa do singular + "se"** (índice de indeterminação);
- ou **verbo na 3ª pessoa do plural**, sem que se saiba **quem praticou a ação.**

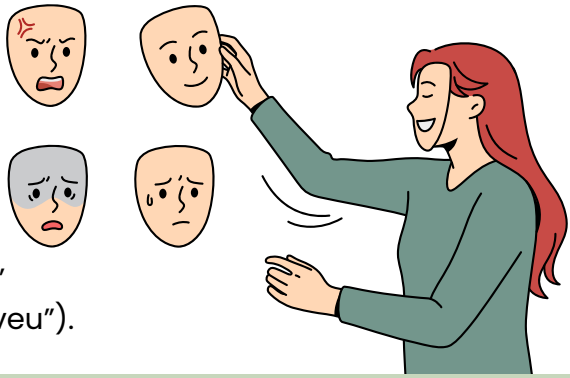
Exemplo: Vive-se bem aqui. (Não sabemos quem vive).

6 SUJEITO INEXISTENTE

👉 Também chamado de **oração sem sujeito.**
➡️ Ocorre com **verbos impessoais**, que **não têm sujeito.**
Principais casos:

- **Fenômenos da natureza:** chover, nevar, trovejar...
- **Tempo decorrido:** "Faz dois anos...", "Eram três horas..."
- **Verbo haver no sentido de existir:** "Há muitas dúvidas."

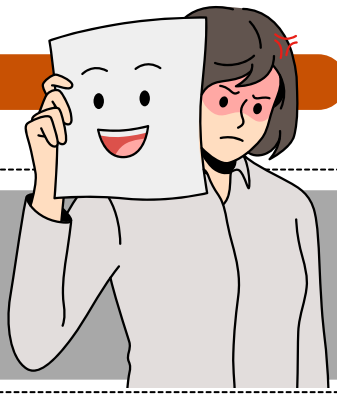
Exemplo: Choveu a semana toda. (Não existe "quem choveu").



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL V



CONCORDÂNCIA COM SUJEITO INDETERMINADO

Em frases com sujeito indeterminado, o verbo **pode ficar na 3ª pessoa do plural**, quando **não se identifica quem pratica a ação.**

Exemplo: *"Pediram-me que a procurasse."*

- Não se sabe quem pediu, por isso o sujeito é indeterminado e o verbo fica no plural.

Quando a **indeterminação** do **sujeito** é indicada pelo **pronome se**, o verbo fica na **3ª pessoa do singular.**

Exemplo: *"Ainda se vivia num mundo de incertezas."*

- Nesse caso, o pronome se indetermina o sujeito, e o verbo permanece no singular.

Aviso

Essa é uma regra importante da concordância verbal em português, e **é aplicada sempre que o sujeito da frase não é definido ou não é importante mencioná-lo** na comunicação.

QUIZ

Qual das alternativas apresentadas justifica a concordância do verbo em destaque no trecho abaixo?

"Muito se discute sobre a relação da nossa galera com o trabalho, o comportamento nas redes sociais e a visão de futuro."

Disponível em: https://capricho.abril.com.br/identidade/alguem-ja-te-perguntou-como-e-ser-jovem-em-um-mundo-em-colapso/. Acesso em: 20 nov. 2024.

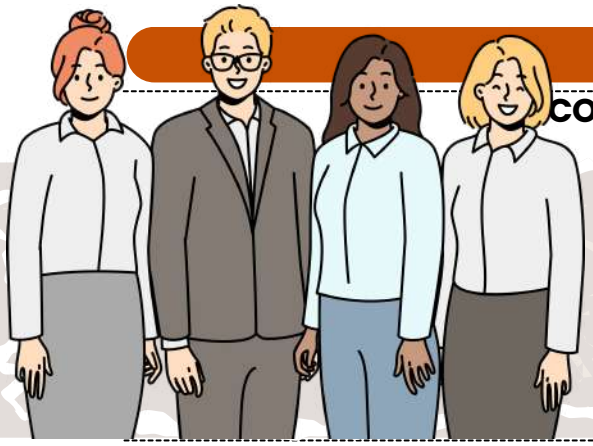
A) Sujeito inexistente (verbo impessoal).
B) Sujeito indeterminado.
C) Sujeito simples de núcleo singular.
D) Sujeito oculto.

Gabarito: B

No trecho *"Muito se discute sobre a relação..."*, o verbo em destaque é "**discute**".
A estrutura *"se discute sobre..."* indica **sujeito indeterminado**, porque não se informa quem discute. O pronome **"se"** funciona como **índice de indeterminação do sujeito**, e, nesse caso, o **verbo fica na 3ª pessoa do singular.**

- Não é sujeito inexistente, porque **não se trata de verbo impessoal.**
- Também não é sujeito simples, pois *"sobre a relação..."* vem com **preposição** e **não pode ser sujeito da oração.**
- E não é sujeito oculto, porque **não há um sujeito identificável pelo contexto.**

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

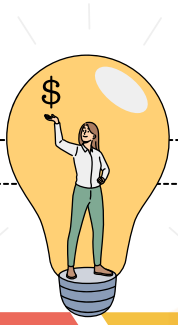
CONTROLE PARLAMENTAR

CONTROLE PARLAMENTAR

📖 O controle parlamentar é a **fiscalização** exercida pelo **Poder Legislativo** (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) **sobre os atos do Poder Executivo** e, em alguns casos, sobre o **Judiciário** e **órgãos da administração pública.**

📝 **Por que é importante?**
Ele garante que o governo preste contas à sociedade e atue de forma transparente e legal, reforçando o sistema de freios e contrapesos (checks and balances) no Brasil.

📌 **Exemplo prático:** O Congresso Nacional analisa as contas do Presidente da República com base no parecer prévio do TCU.



Como é feito?



- **CPIs** (Comissões Parlamentares de Inquérito)
- Convocação de ministros para esclarecimentos
- Análise de contas públicas
- Pedidos de informação ao Executivo

📌 **CPIs são poderosas!**
Podem investigar, convocar autoridades e requisitar documentos.

- 📌 **CONTROLE PARLAMENTAR ≠ CONTROLE INTERNO**

Ele é um tipo de controle externo, pois o Legislativo fiscaliza o Executivo.

- 📌 **Legislativo e TCU:** dupla dinâmica

O TCU auxilia o Congresso com pareceres técnicos e auditorias.

⚠️O CONTROLE PARLAMENTAR NÃO SUBSTITUI O TCU – ELES ATUAM DE FORMA COMPLEMENTAR.

⚡ **TOME NOTA!**
O controle parlamentar reforça a democracia ao exigir que o governo seja transparente e responsável.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

SISTEMAS DE CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



INSTRUMENTOS DO CONTROLE ADMINISTRATIVO



📖 O **controle administrativo** é exercido pela **própria Administração Pública** para garantir que suas ações estejam em **conformidade** com a lei, os princípios constitucionais e os interesses coletivos.

É um **controle interno**, realizado sem a necessidade de intervenção de outros Poderes, e pode ser preventivo (antes do ato) ou corretivo (após o ato).

🎯 **Por que é relevante?**
Porque é o mecanismo mais próximo do gestor público e o mais rápido para **corrigir falhas** ou **evitar irregularidades.**

Principais **Instrumentos:**

📝 **1. AUDITORIAS INTERNAS**
✅ Exame sistemático dos processos administrativos para identificar falhas, riscos ou desvios.

🏛️ **2. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
✅ Utilizados para apurar fatos, corrigir condutas e aplicar medidas administrativas quando necessário.



📊 **3. RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS**
✅ Ferramentas de orientação que ajudam na tomada de decisões e na detecção de problemas operacionais.

📅 **4. REVISÃO E ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**
✅ O próprio órgão pode anular atos ilegais ou revogar atos inconvenientes, desde que respeitados os direitos adquiridos e o devido processo legal.

🖉 **5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E RESULTADOS**
✅ Monitoramento das políticas públicas para aprimorar a eficiência administrativa.

📌**quem aplica o controle administrativo?**
O próprio órgão ou entidade pública – sem depender de TCU ou Judiciário.

⚠️ **CONTROLE ADMINISTRATIVO NÃO É PUNITIVO**, MAS PODE DESENCADEAR PROCESSOS QUE LEVAM A **SANÇÕES**.

⚡ **TOME NOTA!**
A CEBRASPE já cobrou que o *"controle administrativo depende de autorização judicial"* ❌ **ERRADO**.
É independente e pode ser exercido de ofício pela administração.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS



TRIBUNAIS DE CONTAS



📖 Os Tribunais de Contas são **órgãos autônomos de controle externo**, criados para **fiscalizar** a **aplicação** dos **recursos públicos e garantir a boa gestão.**

💡 **Funções principais do TCU:**

- 📊 **Julgar contas de administradores e responsáveis por dinheiro público**
- 📜 **Emitir parecer prévio sobre contas do Presidente da República**
- 🔍 **Realizar auditorias e inspeções**
- ⚖️ **Aplicar sanções administrativas (multas, ressarcimentos)**



📜 **Outros Tribunais:**

- **TCEs:** atuam nos estados e municípios (quando não há TCM).
- **TCMs:** existem apenas em SP e RJ.
- **TCDF:** fiscaliza o DF.



⚠️ **Importante:**
Os **Tribunais** de **Contas não fazem parte do Legislativo** nem do **Judiciário** – são **órgãos independentes com função técnica.**

📌**PARECER PRÉVIO DO TCU**
Sobre as contas do Presidente, o julgamento é feito pelo Congresso.

📌 **TCMS SÓ EM SP E RJ**
E não podem ser criados em novos municípios (decisão do STF).

📌**TCU julga pessoas?**
❌ Não! Julga atos e contas, mas não pessoas físicas.

⚠️ O TCU PODE **FISCALIZAR ENTIDADES PRIVADAS** QUE **RECEBEM DINHEIRO PÚBLICO COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA.**

⚡ **TOME NOTA!**
Decore o Art. 71 da CF/88 – ele traz todas as competências do TCU e é queridinho das bancas.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI Nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA)

CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO E PARECER PRÉVIO

O QUE PRECISAMOS SABER?



O TCE-MA **aprecia** as contas do **Governador do Estado**, mediante parecer prévio, que deverá ser emitido em até **60 dias contados do recebimento das contas.**

1️⃣ CONTEÚDO DAS CONTAS

As contas prestadas pelo Governador são compostas por:

• Balanços gerais do Estado;

• Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos indicados pela lei.

2️⃣ PRAZO DO PARECER PRÉVIO

Recebidas as contas, o Tribunal deverá emitir o **parecer prévio em 60 dias.**

Atenção ao verbo utilizado pela lei: nesse caso, o TCE-MA **aprecia** as contas do **Governador**.

3️⃣ RESULTADOS DO PARECER

O parecer prévio poderá ser:

• Pela **aprovação**;

• Pela **aprovação com ressalva;**

• Pela **desaprovação**;

• Com **abstenção** de opinião.





4️⃣ ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

A abstenção de opinião ocorre diante da **ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.**

🎯 PONTO DE ATENÇÃO

O parecer prévio sobre as contas do Governador **não elimina o julgamento das contas dos demais administradores e responsáveis** por **dinheiros**, **bens** e **valores públicos**, nas hipóteses previstas pela própria Lei Orgânica.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

LEI Nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA)

JULGAMENTO DAS CONTAS



O QUE PRECISAMOS SABER?

No julgamento das contas, o TCE-MA poderá considerá-las **regulares**, **regulares com ressalva ou irregulares**. Em determinadas situações, as contas poderão ser consideradas **iliquidáveis**.

1️⃣ CONTAS REGULARES

As contas são regulares quando demonstram, de forma clara e objetiva:

- Exatidão dos demonstrativos contábeis;
- Legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão.

Nesse caso, o Tribunal dará **quitação plena ao responsável.**



2️⃣ REGULARES COM RESSALVA

Ocorrem quando há **impropriedade** ou **falta de natureza formal** que não resulte em dano ao erário. O Tribunal poderá determinar medidas necessárias à **correção das falhas identificadas.**

3️⃣ CONTAS IRREGULARES

As contas podem ser julgadas **irregulares** diante de:

- Omissão no dever de prestar contas;
- Ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico;
- Dano ao erário;
- Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



4️⃣ CONTAS ILIQUIDÁVEIS

As contas serão consideradas **iliquidáveis** quando **caso fortuito ou força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável,** tornar materialmente **impossível** o **julgamento de mérito.** Nessa hipótese, ocorre **o trancamento das contas e o arquivamento do processo.**



🎯 PONTO DE ATENÇÃO

Não confunda **regular** com **ressalva com irregular:** a ressalva envolve **impropriedade** ou **falta formal sem dano ao erário**. Já as contas **iliquidáveis** decorrem da **impossibilidade material de julgamento causada por caso fortuito ou força maior.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI Nº 8.258/2005 (LEI ORGÂNICA)



PROCESSO NO TCE-MA

O QUE PRECISAMOS SABER?



A Lei Orgânica disciplina regras próprias sobre **prazos processuais, defesa, sustentação oral e recursos**, assegurando o contraditório e a ampla defesa nos processos perante o TCE-MA.

1️⃣ PRAZOS PROCESSUAIS

Os prazos previstos na lei são **contínuos e não se interrompem nos feriados.**
Na contagem, salvo disposição contrária:

- Exclui-se o dia inicial;
- Inclui-se o dia do vencimento;
- Se o vencimento ocorrer em dia sem expediente, prorroga-se para o primeiro dia útil seguinte.



2️⃣ DEFESA

Na instrução do processo, constitui **formalidade essencial** dar ciência à parte para apresentação de defesa.
Os prazos para defesa, recursos e cumprimento de determinações **não se suspendem nem se interrompem durante o recesso do Tribunal.**

3️⃣ SUSTENTAÇÃO ORAL

A parte poderá realizar sustentação oral:

- Pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, ainda que **não seja advogado**;
- Após o relatório e antes do voto ou proposta de decisão do relator;
- Desde que requerida **antes do início da sessão.**

4️⃣ RECURSOS

A lei prevê três recursos:

- **Recurso de reconsideração;**
- **Embargos de declaração;**
- **Recurso de revisão.**

O recurso de reconsideração possui prazo de **15 dias**, enquanto os embargos de declaração possuem prazo de **5 dias**, ambos improrrogáveis.



🎯 PONTO DE ATENÇÃO

Não cabe recurso contra decisão que **converta processo em tomada de contas especial, determine sua instauração ou determine a realização de citação, inspeção ou auditoria.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONTINGÊNCIA



Uma proposição contingente é uma **proposição composta na lógica proposicional que é verdadeira em algumas circunstâncias e falsa em outras**, ou seja, sua verdade ou falsidade **depende dos valores de verdade das proposições simples que a compõem.**

COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA CONTIGÊNCIA?

Diferentemente de uma tautologia (sempre verdadeira) e de uma contradição (sempre falsa), uma proposição contingente não possui um valor de verdade fixo para todas as combinações possíveis de valores de verdade de suas proposições simples.

UM EXEMPLO SIMPLES DE PROPOSIÇÃO CONTINGENTE É A SEGUINTE:

"Está chovendo."

Essa proposição é contingente porque **pode ser verdadeira em alguns momentos (quando está realmente chovendo) e falsa em outros momentos (quando não está chovendo)**. A verdade ou falsidade da proposição depende da situação real.

vamos criar uma tabela verdade?

Por exemplo, considere a proposição composta **"P = (A ∧ B)", onde ∧ representa a conjunção (E):**

A	B	A ∧ B
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Neste caso, a proposição composta "A ∧ B" é contingente, pois é verdadeira em algumas combinações de valores de verdade (primeira linha) e falsa em outras (três últimas linhas).

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

IMPLICAÇÃO LÓGICA III

IMPLICAÇÃO LÓGICA COMPOSTA

COMO RESOLVER QUESTÕES DE IMPLICAÇÃO LÓGICA COMPOSTA?

A implicação lógica composta **refere-se a uma situação em que várias premissas estão relacionadas por meio de conectivos lógicos, e essas premissas juntas implicam uma conclusão**. Para determinar **se a conclusão é válida, você deve analisar as premissas compostas e aplicar as regras da lógica para verificar se a conclusão segue logicamente das premissas dadas.**

✅ **1. Identifique as Premissas:** Veja todas as proposições dadas na questão.
Normalmente aparecem com letras:

- p: "João estuda"
- q: "João passa na prova"
- r: "João trabalha"

Às vezes a premissa já vem composta, por exemplo:

- $p \rightarrow q$
- $(p \wedge r) \rightarrow q$
- $\neg p \vee q$

👀 *Sempre leia devagar e simbolize.*

✅ **2. Analise as Conexões Entre as Premissas:** Veja quais conectivos as ligam:

- $\wedge$ **(E – conjunção)**
- $\vee$ **(OU – disjunção)**
- $\neg$ **(negação)**
- $\rightarrow$ **(implicação)**
- $\leftrightarrow$ **(bicondicional)**

⚠️ *A implicação é a queridinha das bancas!*

✅ **3. Aplique Tabela-Verdade (quando necessário):** Você não precisa montar a tabela inteira, só entender:

🎯 **Regras que resolvem 80% das questões:**

- **Conjunção ($p \wedge q$) só é verdadeira quando ambas são verdadeiras.**
- **Disjunção ($p \vee q$) só é falsa quando ambas são falsas.**
- **Implicação ($p \rightarrow q$) só é falsa quando V → F.**
- **Negação ($\neg p$) inverte.**
- **Bicondicional ($p \leftrightarrow q$) é verdadeira quando ambos têm o mesmo valor.**

✅ **4. Teste a Conclusão**

- **A banca pergunta:** A conclusão segue das premissas? A argumentação é válida?
- Para isso, verifique:

👉 Existe alguma situação em que as **P premissas** são **verdadeiras** e a **conclusão é falsa**?

- **Se sim → argumento inválido**
- **Se não → argumento válido**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DIAGRAMAS LÓGICOS III

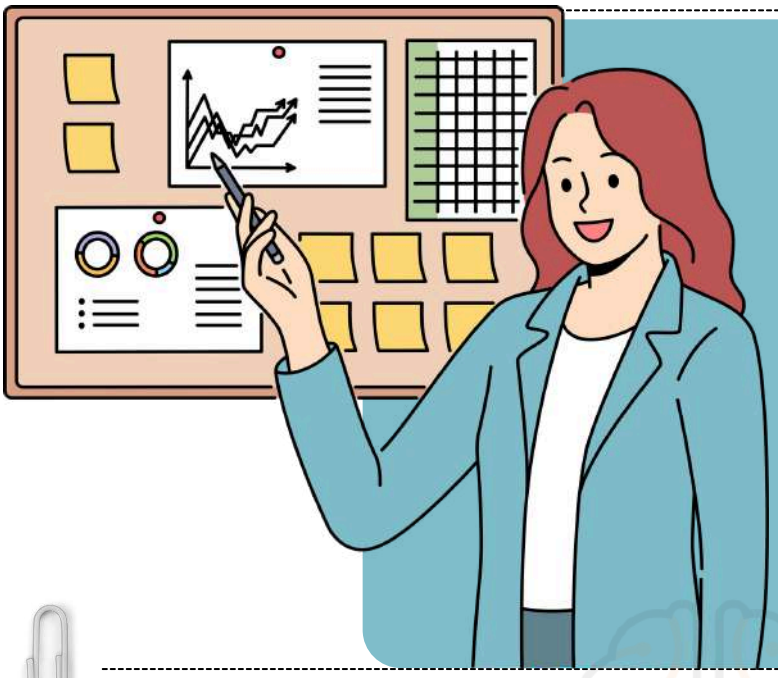


DIAGRAMA DE VENN-EULER II

na prática

EXEMPLO NA PRÁTICA

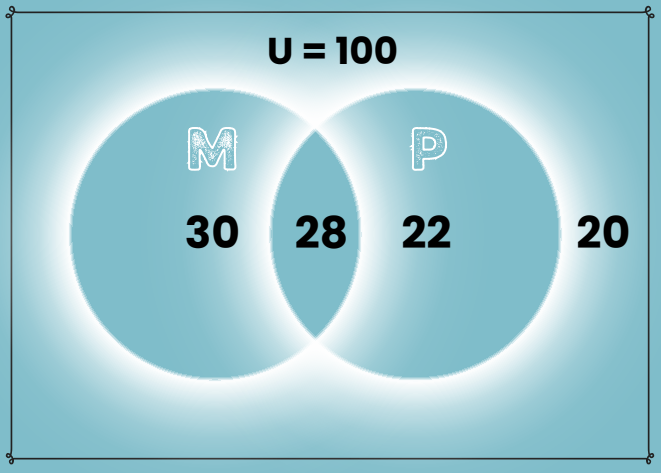
Suponha que foi feita uma pesquisa com 100 pessoas. Dessas pessoas:

- **22** gostam apenas de Português;
- **30** gostam apenas de Matemática;
- **28** gostam tanto de Matemática como Português;
- **20** pessoas não gostam de nenhuma das duas matérias.

Para representar essa situação usando um diagrama de Venn-Euler, primeiro, vamos identificar os conjuntos envolvidos:

- **M**: Conjunto das pessoas que gostam de Matemática.
- **P**: Conjunto das pessoas que gostam de Português.

Agora, podemos usar as informações fornecidas para preencher o diagrama de Venn-Euler:



- **"50 pessoas gostam de Português":** Isso significa que temos 50 pessoas no conjunto P (Português);
- **"58 pessoas gostam de Matemática":** Isso significa que temos 58 pessoas no conjunto M (Matemática).

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS

PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES

Categoria	Descrição	Extensões
Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

💬 **Dica prática:**
Para exibir extensões ocultas no Windows →
➡️ **Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.**



🌐 **Exemplo prático**
Você recebe um arquivo chamado **"musica.mp3".**

➡️ Pela extensão **.mp3,** o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia.**

Se fosse **"musica.txt",** seria aberto no Bloco de Notas.

🌐 **Exemplo prático**
Você baixa um arquivo chamado "**planilha**" (**sem extensão**).



➡️ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para **"planilha.xls"**, o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MALWARES III



VÍRUS



Um vírus é um tipo de **malware** que **gruda em um programa** ou **arquivo hospedeiro** e só age quando esse **arquivo é executado.**

Como ele se espalha?

O objetivo principal do vírus é se **replicar** — ou seja, **criar cópias de si mesmo para infectar outros arquivos** e, assim, alcançar mais computadores.

Mas existe um detalhe importante:

👉 Ele **não se espalha sozinho.**

👉 Depende sempre da **execução do arquivo ou programa** onde está escondido.

O que um vírus pode fazer no sistema?

Depois de **ativado**, ele pode causar vários problemas, como:

- 📩 Mostrar mensagens indesejadas
- 🐢 Deixar o sistema lento
- 🗑️ Apagar arquivos
- 💥 Danificar dados importantes
- ❗ Causar falhas graves no computador



COMPOSIÇÃO DO VÍRUS

INFECÇÃO	ATIVAÇÃO	CARGA ÚTIL
porta de entrada que o vírus utiliza para entrar em um sistema e começar a sua disseminação	evento ou condição específica que ativa a carga útil de um malware, vírus ou outro tipo de código malicioso.	ações específicas que ele executa uma vez que foi ativado, seja por meio da execução do programa hospedeiro ou através do acionamento de um gatilho.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

DA SEGURANÇA DOS DADOS

Os dados usados para treinar a Inteligência Artificial devem vir de **fontes seguras**, de preferência do governo.

O sistema precisa garantir que os **dados não sejam alterados** antes do treinamento, e que cada versão do modelo tenha sua própria cópia dos dados usados.

Os dados devem estar **protegidos** contra:

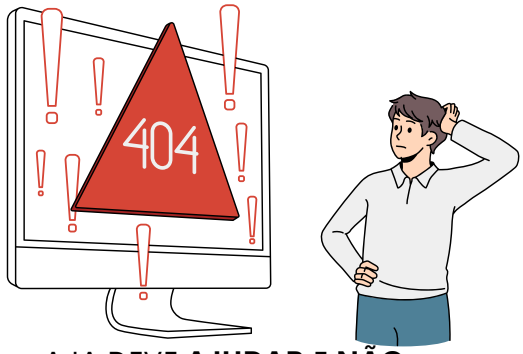


1. **Destruição;**
2. **Modificação;**
3. **Perda;**
4. **Acesso ou transmissão sem autorização.**

O **ARMAZENAMENTO** E O **FUNCIONAMENTO** DA IA DEVEM SER FEITOS EM **AMBIENTES** QUE SIGAM **PADRÕES FORTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.**

DO CONTROLE DO USUÁRIO

O sistema de IA deve garantir que os usuários internos tenham autonomia, ou seja:



A IA DEVE **AJUDAR** E **NÃO LIMITAR** O **TRABALHO** DO **USUÁRIO**;



O USUÁRIO DEVE PODER **REVER** AS **PROPOSTAS** E **DADOS USADOS**, **SEM OBRIGAÇÃO** DE SEGUIR A SUGESTÃO DA IA.

⚠️ Tem mais:

- Os **usuários externos** (quem usa os serviços) precisam ser **informados**, de forma clara, que **estão sendo atendidos com o apoio de IA**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

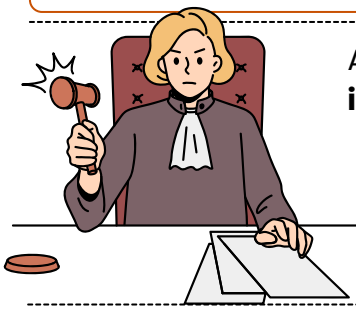
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📜 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏢 **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
  PODER JUDICIÁRIO 👨‍⚖️: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
  MINISTÉRIO PÚBLICO 🕵️: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
  DEFENSORIA PÚBLICA 🤝: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🔧 **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌍 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CADH)



COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

7

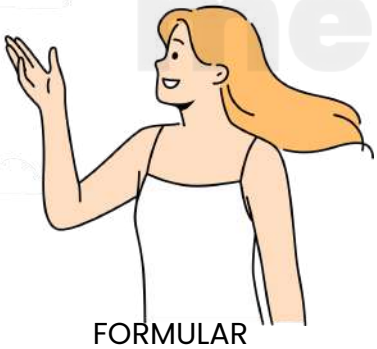
Composição da Comissão: A Comissão é formada por **7 membros**, com autoridade moral e saber em direitos humanos.

Processo de Eleição: Os membros são **eleitos** pela Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e devem ser de **diferentes países.**

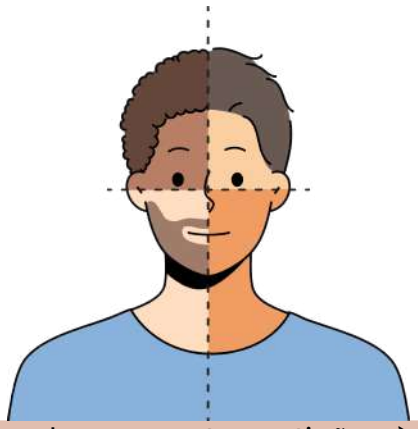
Função principal: Promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas.



ELABORAR **RELATÓRIOS E ESTUDOS**, ALÉM DE FORNECER **ASSESSORAMENTO** SOBRE QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS.



FORMULAR **RECOMENDAÇÕES** AOS **GOVERNOS** PARA MELHORAR AS **LEIS** E GARANTIR **RESPEITO** AOS DIREITOS HUMANOS.





ESTIMULAR A **CONSCIENTIZAÇÃO** SOBRE **DIREITOS HUMANOS**.

Qualquer pessoa ou grupo pode apresentar petições à Comissão sobre violação de direitos humanos.

Para que uma petição seja aceita, deve atender a certos critérios:

- Recursos **internos esgotados**.
- Petição apresentada dentro de **6 meses** após a decisão final.
- A matéria não deve estar **pendente** em outro **processo internacional.**

OS ESTADOS PODEM **RECONHECER** A **COMPETÊNCIA DA COMISSÃO** PARA **INVESTIGAR VIOLAÇÕES** POR OUTROS ESTADOS.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITOS SOCIAIS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES PARTE IV

> XIII – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Previsão constitucional: Art. 7°, XIII, CF, com redação da **EC n° 141/2026.**



DURAÇÃO DO TRABALHO

Como isso funciona?

• A PARTIR DE **2 MESES DA PUBLICAÇÃO**, A JORNADA MÁXIMA SERÁ DE **42 HORAS SEMANAIS**, COM DIREITO A **DOIS DIAS DE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.**

• APÓS **14 MESES DA PUBLICAÇÃO**, O LIMITE SERÁ DE **40 HORAS SEMANAIS**, SEM QUALQUER REDUÇÃO SALARIAL.

- A EC n° 141/2026 estabeleceu j**ornada máxima de 8 horas diárias e 40 horas semanais**, com **redução progressiva da carga semanal.**
- O limite será de 40 horas semanais, **sem qualquer redução salarial.**
- A **compensação de horários** e a **redução da jornada** poderão ocorrer mediante **acordo** ou **convenção coletiva de trabalho.**



PONTO DE ATENÇÃO

A **EC n° 141/2026** também alterou o art. 7°, XV, garantindo **dois dias de repouso semanal remunerado**, sendo um *preferencialmente aos domingos*, após o prazo de **dois meses da publicação.** Excepcionalmente, a negociação coletiva poderá estabelecer **compensação dos repousos, respeitadas as condições constitucionais.**

Atenção para a prova: embora o texto permanente do art. 7°, XIII, já estabeleça **40 horas semanais**, a **própria emenda prevê uma transição.** Portanto, em **outubro de 2026**, o **limite aplicável continua sendo de 44 horas semanais** até o **início da primeira etapa.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE VI

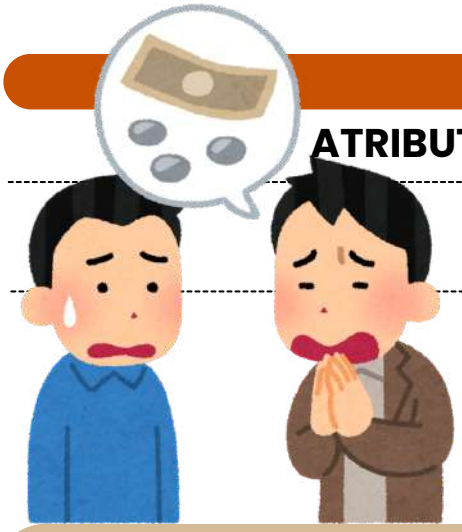
LÍNGUA E SÍMBOLOS OFICIAIS

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
§ 1° - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
§ 2° - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!



clique aqui para conhecer o material completo





DICA 21

ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

ATENÇÃO! Esses atributos são apontados pela doutrina!

Os **atributos do poder de polícia** são características essenciais que definem a **natureza** e o **escopo** desse poder administrativo. Existem **três atributos principais** do poder de polícia, que são:

1 Discricionariedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de **discricionariedade** por parte da administração pública. Isso significa que as **autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

2 Coercibilidade

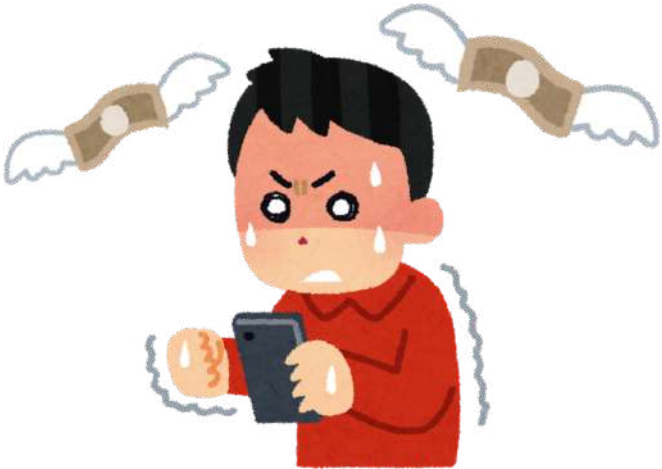
O poder de polícia permite que a **administração use medidas coercitivas** para fazer **cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas.** Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

3 Autoexecutoriedade

A característica de **autoexecutoriedade** implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário** antes de executá-los. Em outras palavras, graças a essa **autoexecutoriedade,** a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



Esses atributos garantem que o **poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo regular** e **controlar** as **atividades individuais de maneira apropriada**, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos
exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.

Recurso Especial 228.977, STF.
Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?

No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto **o STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos.**

dicas

Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

HISTÓRIA DO MARANHÃO

INVASÃO HOLANDESA NO MARANHÃO



O QUE PRECISAMOS SABER?

A **invasão holandesa no Maranhão** ocorreu em **1641**, durante o período da União Ibérica e da expansão neerlandesa sobre territórios coloniais portugueses. Os holandeses ocuparam **São Luís,** buscando ampliar seus domínios e interesses econômicos no Norte da América portuguesa.

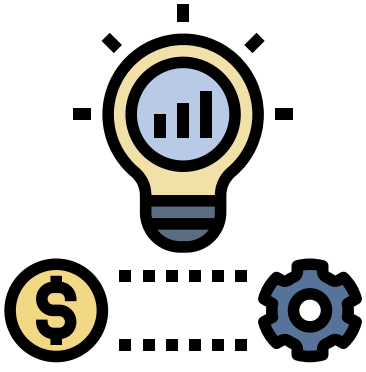
As invasões holandesas estavam relacionadas às disputas entre **Portugal, Espanha e Países Baixos**. Após estabelecerem domínio sobre áreas do Nordeste, especialmente Pernambuco, os holandeses avançaram em direção ao Maranhão.

Em **novembro de 1641,** uma expedição holandesa chegou ao Maranhão e conseguiu ocupar São Luís. A ação integrou o projeto de expansão da presença neerlandesa na América portuguesa.



A ocupação estava ligada a interesses **estratégicos e econômicos**, buscando ampliar o controle holandês sobre áreas coloniais e atividades comerciais. O Maranhão representava mais um ponto de expansão neerlandesa no território português.

A ocupação encontrou resistência dos habitantes da região. A reação contra os invasores desenvolveu-se progressivamente e envolveu confrontos destinados a recuperar o controle português sobre o Maranhão.



Apesar da conquista de São Luís, os holandeses não conseguiram estabelecer um domínio duradouro sobre o Maranhão. A resistência local enfraqueceu a ocupação e dificultou a consolidação do poder neerlandês.

A resistência culminou na **expulsão dos holandeses em 1644,** encerrando aproximadamente três anos de presença neerlandesa no Maranhão e restabelecendo o domínio português na região.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

HISTÓRIA DO MARANHÃO

REVOLTA DE BEQUIMÃO



O QUE PRECISAMOS SABER?

A **Revolta de Bequimão** foi um movimento ocorrido no Maranhão em **1684,** principalmente em São Luís, motivado pela insatisfação dos colonos com problemas econômicos e com determinadas medidas da administração colonial portuguesa. Entre suas principais lideranças estavam os irmãos **Manuel Beckman e Tomás Beckman.**

No século XVII, os colonos maranhenses enfrentavam dificuldades relacionadas à **mão de obra, ao abastecimento e ao comércio**. A atuação da Companhia de Comércio do Maranhão agravou o descontentamento ao controlar importantes atividades comerciais na região.

Manuel Beckman, também conhecido como Bequimão, tornou-se a principal liderança do movimento. Seu irmão, **Tomás Beckman,** também participou da revolta e foi enviado a Portugal para apresentar as reivindicações dos colonos à Coroa.



Os revoltosos criticavam o **monopólio comercial** e o funcionamento da Companhia de Comércio do Maranhão. Havia reclamações sobre preços, abastecimento e o descumprimento de compromissos assumidos pela empresa.

Outro foco de tensão envolvia os **jesuítas**, que se opunham à escravização dos indígenas. Os colonos desejavam ampliar o acesso à mão de obra indígena, o que gerava conflitos com a atuação missionária da Companhia de Jesus.



Os revoltosos assumiram o controle de São Luís, afastaram autoridades e contestaram a Companhia. Apesar da mobilização, o movimento **não pretendia promover a independência do Maranhão em relação a Portugal**, concentrando-se em reivindicações locais.

A Coroa portuguesa enviou uma nova autoridade para restabelecer o controle da região. A revolta foi reprimida em **1685**, e **Manuel Beckman e Jorge de Sampaio foram condenados à morte e executados.**

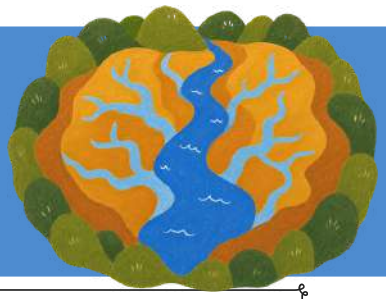
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES



O QUE PRECISAMOS SABER?

Além das bacias interestaduais, o Maranhão possui importantes **bacias hidrográficas essencialmente inseridas em seu território.** Entre as principais destacam-se as dos rios Mearim, Itapecuru, **Munim, Pericumã, Turiaçu e Maracaçumé,** fundamentais para a drenagem interna do estado.

A **Bacia do Mearim** é uma das mais importantes do Maranhão. O rio Mearim percorre extensa área do estado e recebe diversos afluentes, destacando-se o **rio Pindaré**, um dos principais cursos d'água do sistema.

O **Itapecuru** possui grande importância histórica e econômica. Sua bacia atravessa áreas centrais e setentrionais do estado, e suas águas desempenham papel relevante no **abastecimento de São Luís e de outros municípios.**



O **Pindaré** integra a Bacia do Mearim e é um de seus principais afluentes. Seu vale possui importância para a ocupação humana e para diversas atividades econômicas desenvolvidas no interior maranhense.

A Bacia **do Munim** ocupa parte do nordeste do estado. O rio Munim e seus afluentes drenam áreas próximas ao litoral oriental e possuem importância para comunidades e atividades produtivas da região.



Os rios **Pericumã, Turiaçu e Maracaçumé** integram importantes sistemas de drenagem do norte e noroeste maranhense. Essas áreas apresentam ambientes associados a campos inundáveis, estuários, manguezais e influência amazônica.

Não trate o **Pindaré como uma bacia independente do mesmo nível do Mearim**: o rio Pindaré é um importante **afluente do rio Mearim**. Diferencie também os sistemas internos dos rios interestaduais de fronteira, como Parnaíba, **Gurupi e Tocantins.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

POPULAÇÃO ABSOLUTA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO MARANHÃO



O QUE PRECISAMOS SABER?

O Maranhão está entre os estados mais populosos do Nordeste, mas apresenta **densidade demográfica relativamente baixa** quando comparado a estados nordestinos mais urbanizados. A população distribui-se de maneira desigual, com maiores concentrações em São Luís e em determinados centros regionais.

Segundo o **Censo Demográfico de 2022**, o Maranhão possuía aproximadamente **6,78 milhões de habitantes**. Esse número corresponde à população absoluta, ou seja, ao total de pessoas residentes no território estadual.

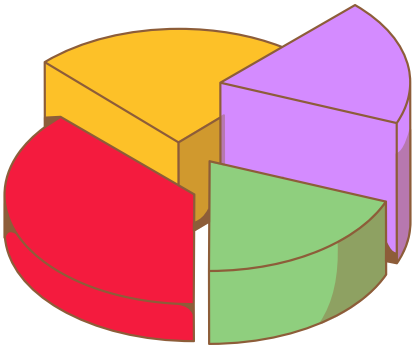
A **densidade demográfica** indica a relação entre população e área territorial. No Maranhão, o Censo de 2022 registrou aproximadamente **20,6 habitantes por km²**, evidenciando uma ocupação territorial relativamente dispersa.



A população não está distribuída uniformemente pelo território. Existem áreas de maior concentração populacional e extensas regiões interiores com **menor densidade demográfica.**

São Luís constitui o principal núcleo populacional e urbano do estado. A capital e os municípios de sua região metropolitana concentram parcela importante da população, das atividades econômicas e dos serviços.

Além da capital, municípios como **Imperatriz** exercem importante função regional. Outros centros urbanos também concentram comércio, serviços e equipamentos públicos que atraem populações das áreas próximas.



Não confunda **população absoluta** com **densidade demográfica**. O Maranhão possui cerca de **6,78 milhões de habitantes,** mas sua grande extensão territorial, de aproximadamente 329,6 mil km², resulta em densidade de cerca de **20,6 hab./km²**, segundo o Censo 2022.

clique aqui para conhecer o material completo

TÉCNICO ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO (TÉCNICO-ADMINISTRATIVA)

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 VIII



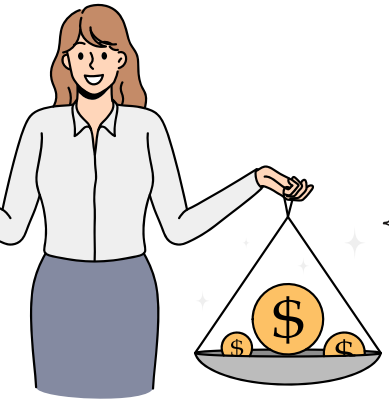
A receita pública é a **soma dos recursos financeiros**, com **origens e eventos geradores específicos e constantes**, que resultam em acréscimos patrimoniais, sem criar obrigações, reservas ou reivindicações de terceiros.



Portanto, trata-se da **entrada definitiva de dinheiro** nos **cofres públicos**.

O artigo 11 da LRF **exige que o gestor fiscal seja responsável pela arrecadação da receita**, incluindo a criação, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência.

Também há regulamentação que estabelece os critérios a serem seguidos para prever a receita, a fim de **fornecer estimativas mais precisas sobre o impacto financeiro-orçamentário** de contratos de serviços, compras e obras.



- Além disso, a lei prevê a **possibilidade de renúncia de receita** para **manter o equilíbrio entre receitas e despesas**.
- A renúncia de receita envolve medidas que buscam **reduzir a carga tributária dos contribuintes**, aliviando-os por meio de redução quantitativa ou até mesmo neutralização completa de sua incidência.



De acordo com o STF, as restrições estabelecidas pelos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF **não se aplicam durante situações de calamidade pública** decorrentes do coronavírus.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 X



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL X

despesa pública

Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a **despesa total com pessoal**, em cada **período de apuração e em cada ente da Federação**, **não** poderá **exceder** os **percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:

LIMITES COM GASTOS DE PESSOAL NA LRF

Para o governo federal

50% da da receita corrente líquida (RCL), assim divididos:

40,9%	6%	2,5%	0,6%
Executivo	Judiciário	Legislativo	Ministério Público

Para os municípios

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

54%	6%
Executivo	*Legislativo

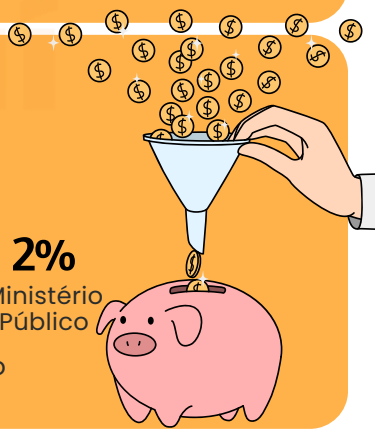
*incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver

Para os estados

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

49%	6%	3%	2%
Executivo	Judiciário	*Legislativo	Ministério Público

*incluindo o Tribunal de Contas do Estado



SANÇÕES PARA QUEM ULTRAPASSAR OS LIMITES (se gastos totais com pessoal ultrapassarem 95% do limite estabelecido)

- **Interrupção de transferências voluntárias** (e a sua contratação) realizadas pelo Governo Federal
- **Impedimento** de **contratação** de operações de crédito
- **Restrições** à **concessão de contratação de pessoal e de reajustes** (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados)
- Impossibilidade para a **obtenção de garantias da União** para a contratação de operações de crédito externo
- O agente administrativo (presidente, governador, prefeito etc) que **ultrapassar** os limites pode ter o **mandato cassado e está sujeito a multa de 30%** dos vencimentos anuais, bem como **inabilitação** para o **exercício** da **função pública** e **detenção**, que poderá variar entre 6 meses e 4 anos

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

EXECUÇÃO DA



DESPESA PÚBLICA

A execução da despesa pública compreende as fases de empenho, liquidação e pagamento, obedecendo à legalidade, dotação orçamentária e disponibilidade financeira.



É **regra** que nenhuma despesa seja realizada sem prévio empenho, que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho deve indicar credor, valor, dotação e fonte de recursos, sendo **exceção** o regime de suprimento de fundos, nos limites legais.

A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios da entrega do bem ou serviço. É **condição obrigatória** a conferência da regularidade fiscal e contratual, sendo vedado o pagamento sem prévia liquidação regular.



O pagamento somente será efetuado após a liquidação, respeitada a ordem cronológica de exigibilidade e a disponibilidade de caixa. Constitui **regra** a observância da programação financeira, sendo **exceção** as hipóteses legais de prioridade devidamente justificadas.

⚠ASSIM, O PAGAMENTO É ATO VINCULADO À REGULAR LIQUIDAÇÃO E AO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.



Restos a pagar e encerramento do exercício

Despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro poderão ser inscritas em restos a pagar, desde que regularmente liquidadas ou empenhadas. É **condição específica** que haja disponibilidade de caixa para cobertura dos restos a pagar, sob pena de violação das normas fiscais.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

EMPENHO DA DESPESA

EMPENHO DA DESPESA



O QUE PRECISAMOS SABER?

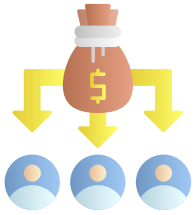
O empenho é o primeiro estágio da despesa pública e cria obrigação para o ente público, condicionada ou não à ocorrência de fato futuro.

CONCEITO E FINALIDADE



É **regra** que o empenho represente a reserva da dotação orçamentária suficiente para atender à despesa assumida. Constitui **condição obrigatória** a existência de crédito orçamentário previamente autorizado na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, sob pena de irregularidade administrativa.

O empenho pode ser **ordinário**, **global** ou **por estimativa**, conforme a natureza da obrigação. É **regra** utilizar o empenho ordinário para despesas de valor certo e previamente definido. É **condição específica** o uso do empenho por estimativa quando o valor não puder ser previamente determinado.





FORMALIZAÇÃO E REQUISITOS

O empenho deve ser formalizado por meio de nota de empenho, contendo identificação do credor, valor, dotação e fonte de recursos. É **regra** que o ato seja previamente registrado no sistema oficial de execução orçamentária. A ausência de qualquer requisito formal compromete a validade do ato administrativo.

É **regra** que o empenho possa ser reforçado quando insuficiente ou anulado quando total ou parcialmente inexigível. A anulação dependerá de ato formal da autoridade competente e registro contábil correspondente. Constitui **condição específica** a justificativa expressa para cancelamento ou reforço, preservando o equilíbrio orçamentário.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DESPESAS DE



EXERCÍCIOS ANTERIORES

O QUE PRECISAMOS SABER?

Despesas de exercícios anteriores (DEA) são obrigações reconhecidas após o encerramento do exercício a que se referem, sem empenho ou com empenho cancelado.

HIPÓTESES DE ENQUADRAMENTO



É **regra** que se enquadrem como DEA: despesas não processadas em época própria, restos a pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício. Constitui **condição específica** a comprovação documental da obrigação e da boa-fé do credor. Não se aplica às despesas regularmente inscritas em restos a pagar.



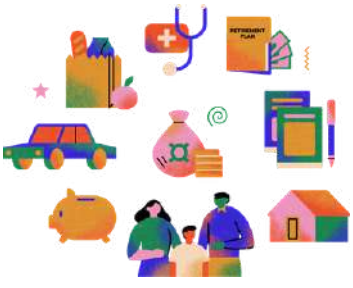
A despesa deve ser previamente reconhecida pela autoridade competente e devidamente justificada. É **regra** a abertura de dotação específica ou utilização de dotação própria consignada para DEA na lei orçamentária vigente. Exige-se empenho à conta do orçamento do exercício corrente.



PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO

O pagamento depende de prévio empenho no exercício atual e regular liquidação da obrigação. É **condição obrigatória** a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira. A ausência de dotação impede a execução da despesa.

O reconhecimento indevido de DEA caracteriza irregularidade e pode gerar responsabilidade administrativa. É **regra** que a despesa esteja devidamente comprovada e sujeita ao controle interno e externo. A utilização indevida do instituto para suprir falhas de planejamento é vedada e passível de apuração.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RETENÇÃO E



RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

A retenção de tributos é obrigação legal da Administração quando atua como fonte pagadora, devendo reter e recolher valores conforme a legislação aplicável.

É **regra** a retenção de tributos federais, previdenciários e municipais incidentes sobre pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, quando prevista em lei. Constitui **condição obrigatória** a verificação da natureza do serviço, enquadramento tributário do contratado e base de cálculo aplicável. É **vedada** a dispensa de retenção sem previsão legal expressa.



A retenção deve observar a base de cálculo definida em lei, excluídas parcelas expressamente não tributáveis. É **regra** a aplicação da alíquota vigente na data do fato gerador. Constitui **condição específica** a comprovação de eventual imunidade, isenção ou regime diferenciado para afastar a retenção.



O valor retido deve ser recolhido por meio de documento oficial próprio, dentro do prazo fixado na legislação tributária. É **regra** que o recolhimento ocorra até a data de vencimento legal, sob pena de multa e juros. A omissão ou atraso caracteriza infração administrativa e tributária.

⚠ASSIM, A RETENÇÃO CORRETA E O RECOLHIMENTO TEMPESTIVO SÃO PRESSUPOSTOS PARA A REGULARIDADE FISCAL DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.



Responsabilidade e controle

É **regra** que a Administração responda como responsável tributária pelo valor retido e não recolhido. Constitui **condição específica** a guarda dos comprovantes de retenção e recolhimento para fins de fiscalização e prestação de contas. O descumprimento pode gerar responsabilização administrativa, civil e, quando cabível, penal.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ESTUDOS PRELIMINARES



E ANÁLISE DE RISCOS

O QUE PRECISAMOS SABER?

Os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e a análise de riscos são etapas obrigatórias do planejamento e devem anteceder a elaboração do Termo de Referência.

FINALIDADE DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES



É **regra** que o ETP demonstre a necessidade da contratação, a definição do problema e a análise comparativa de soluções possíveis. Constitui **condição obrigatória** a justificativa da solução escolhida, com indicação dos benefícios esperados e da viabilidade técnica e econômica.



É **regra** que o ETP contenha descrição da demanda, estimativa preliminar de quantitativos, análise de mercado e impactos ambientais, quando cabível. A formalização deve ocorrer previamente à elaboração do Termo de Referência, sob pena de **vício no planejamento.**



ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS

É **regra obrigatória** a elaboração do mapa de riscos antes da publicação do edital, com identificação, avaliação e definição de responsáveis pelo tratamento. A ausência de gestão de riscos configura falha procedimental, podendo ensejar responsabilização do agente público.

Constitui **condição específica** que a análise de riscos seja atualizada sempre que houver alteração relevante no objeto ou nas condições da contratação. É **exceção** a simplificação do ETP apenas nas hipóteses de baixa complexidade, desde que devidamente justificada e formalmente aprovada pela autoridade competente.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CLÁUSULAS

CONTRATUAIS ESSENCIAIS



O QUE PRECISAMOS SABER?

As cláusulas essenciais são obrigatórias no contrato administrativo e definem direitos, deveres, prazos e condições de execução.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO, REGIME E PRAZO



É **regra** que o contrato contenha descrição precisa do objeto, regime de execução, preço e prazo de vigência. Constitui **condição obrigatória** a fixação expressa do prazo de início, execução e término, vedada a indeterminação, salvo hipótese legal específica.

É **regra** a previsão das obrigações da contratada e da Administração, inclusive quanto à fiscalização e penalidades. Deve constar cláusula de garantia contratual, quando exigida no edital, com indicação do percentual, prazo de apresentação e forma admitida.





SANÇÕES, RESCISÃO E ALTERAÇÕES

É **regra obrigatória** a previsão das hipóteses de aplicação de sanções administrativas, com indicação do procedimento e do prazo para defesa. Devem constar cláusulas sobre rescisão unilateral, amigável ou judicial, bem como sobre alterações quantitativas e qualitativas nos limites legais.

É **regra** que o contrato produza efeitos após a assinatura e publicação do extrato no prazo legal estabelecido. Constitui **condição específica** a manutenção das condições de habilitação durante toda a execução, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DESIGNAÇÃO

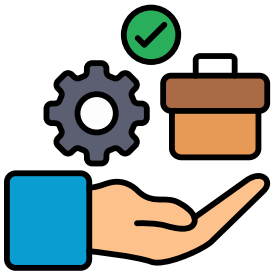


DO FISCAL DO CONTRATO

O QUE PRECISAMOS SABER?

A designação do fiscal é ato formal e obrigatório para acompanhamento e controle da execução contratual.

FORMA DE DESIGNAÇÃO E REQUISITOS



É **regra** que o fiscal seja designado por ato formal da autoridade competente, previamente ao início da execução. Constitui **condição obrigatória** que o servidor possua atribuições compatíveis com o objeto e não esteja impedido ou em situação de conflito de interesses.



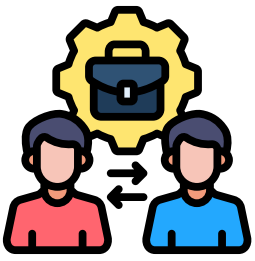
É **regra** que o fiscal acompanhe a execução, registre ocorrências, ateste notas fiscais e comunique irregularidades à autoridade competente. Deve manter registro formal das atividades de fiscalização, observando prazos contratuais e condições pactuadas.



RESPONSABILIDADE E LIMITES DE ATUAÇÃO

O fiscal responde administrativamente por omissão ou atuação irregular no exercício da função. Constitui **regra** que não pode alterar unilateralmente cláusulas contratuais, sendo sua atuação limitada ao acompanhamento e à instrução processual.

É **condição específica** que, em caso de afastamento ou impedimento, seja formalmente designado substituto, por ato da autoridade competente. Admite-se apoio técnico ou comissão de fiscalização quando a complexidade do objeto exigir, sem afastar a responsabilidade do fiscal formalmente designado.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ACOMPANHAMENTO

E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO



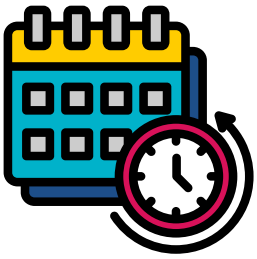
O QUE PRECISAMOS SABER?

O acompanhamento e o monitoramento da execução contratual constituem dever permanente da Administração, desde a assinatura até o encerramento do contrato.

CONTROLE SISTEMÁTICO DA EXECUÇÃO



É **regra** que o acompanhamento seja contínuo, formal e documentado, com verificação de prazos, metas, quantitativos e qualidade. Constitui **condição obrigatória** que os registros sejam realizados em relatórios periódicos ou sistema oficial, aptos a subsidiar decisões administrativas.



É **regra** que a execução seja confrontada com o Termo de Referência, contrato e indicadores de desempenho (SLA), quando previstos. Na hipótese de descumprimento, deve ser fixado prazo para regularização, salvo quando a irregularidade ensejar aplicação imediata de penalidade.



ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS

Constatada falha na execução, a Administração deve notificar formalmente a contratada, especificando a irregularidade e o prazo para saneamento. É **condição específica** que eventual glosa, retenção ou penalidade observe o contraditório e a ampla defesa, conforme procedimento previsto.



É **regra** que, ao término da vigência, seja realizada avaliação final da execução, com registro de desempenho e eventuais pendências. Somente após a verificação do cumprimento integral das obrigações poderá ser promovida a quitação contratual e liberação de garantias, quando exigidas.

clique aqui para conhecer o material completo

AUDITOR – CONTROLE EXTERNO

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PLANEJAMENTO



DE AUDITORIA

O QUE PRECISAMOS SABER?

O planejamento de auditoria consiste na definição prévia de objetivos, escopo, critérios e procedimentos necessários à execução dos trabalhos de forma eficiente e sistemática.

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA



É **regra** estabelecer objetivos claros e delimitar o escopo da auditoria, considerando áreas, períodos e processos a serem examinados. Constitui **condição específica** a identificação dos riscos relevantes e dos controles internos existentes. O planejamento deve ser formalizado antes do início dos trabalhos de campo.

É **regra** elaborar plano de auditoria contendo cronograma, recursos necessários e procedimentos a serem aplicados. Constitui condição específica a definição de testes, técnicas e evidências a serem coletadas durante a execução. Constitui **exceção** a alteração do plano apenas quando identificadas mudanças relevantes no risco ou no ambiente auditado.





ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA

Devem ser designados auditores com competência técnica compatível com a complexidade dos trabalhos a serem realizados. É **regra** assegurar independência, objetividade e segregação de funções na composição da equipe. Constitui **condição específica** a adequação dos recursos humanos e materiais ao prazo estabelecido para execução.



O planejamento deve ser submetido à revisão e aprovação pela autoridade competente antes do início dos trabalhos. É **regra** ajustar o plano sempre que identificadas inconsistências ou alterações no contexto auditado. Constitui **exceção** a manutenção integral do planejamento apenas quando não houver mudanças nos riscos ou nas condições inicialmente avaliadas.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FLUXO DE CAIXA

(RECOMPOSIÇÃO)



O QUE PRECISAMOS SABER?

A recomposição do fluxo de caixa consiste na reconstituição das entradas e saídas financeiras com base em registros e evidências disponíveis, para fins de auditoria.

FINALIDADE DA RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO DE CAIXA



É **regra** utilizar a recomposição para verificar a consistência entre registros contábeis e movimentações financeiras efetivas. Constitui **condição específica** a existência de indícios de omissões, inconsistências ou ausência de controles adequados. O procedimento permite identificar fluxos não registrados ou distorcidos.

É **regra** analisar extratos bancários, documentos fiscais, recibos e demais registros financeiros disponíveis. Constitui **condição específica** a conciliação entre entradas, saídas e saldos apurados no período analisado. Constitui **exceção** a limitação da análise apenas quando houver ausência total de documentação, devendo-se adotar métodos indiretos.



IDENTIFICAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS E DISTORÇÕES

Devem ser identificadas divergências entre valores registrados e efetivamente movimentados. É **regra** investigar diferenças relevantes e rastrear sua origem por meio de evidências adicionais. Constitui **condição específica** a análise do impacto das inconsistências no resultado e na posição financeira.

O auditor deve documentar os achados, propor ajustes e comunicar eventuais irregularidades identificadas. É **regra** ampliar os procedimentos quando persistirem inconsistências relevantes após a recomposição. Constitui **exceção** a aceitação dos registros apenas quando comprovada a regularidade das movimentações financeiras.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

NBC TA

PREMISSAS E RESPONSABILIDADES NOS TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO

A Estrutura Conceitual da NBC TA define claramente **de quem é a responsabilidade em um trabalho de asseguração.**

As Três Partes Envolvidas (elemento essencial)

1️⃣ Auditor (profissional de asseguração)

Responsabilidades:

- Conduzir o trabalho conforme normas profissionais.
- Manter independência, objetividade e ceticismo profissional.
- Obter evidências suficientes e apropriadas.
- Emitir uma conclusão clara no relatório.
- Cumprir requisitos éticos.

⚠️ **CAI MUITO:** É DO **AUDITOR** A **RESPONSABILIDADE** PELA **CONCLUSÃO**.



2️⃣ Parte Responsável

É quem presta as informações ou administra o objeto analisado.

Responsabilidades:

- Fornecer dados corretos, completos e consistentes.
- Manter controles internos adequados.
- Estabelecer critérios quando aplicável.
- Reconhecer a responsabilidade sobre o objeto.

⚠️ NÃO CONFUNDA: A PARTE **RESPONSÁVEL** NÃO **É QUEM CONTRATA O AUDITOR** — ISSO PODE SER OUTRO AGENTE.

3️⃣ Usuários Previstos (Destinatários do Relatório)

São aqueles para quem o trabalho de asseguração é destinado.

Responsabilidades:

- Compreender as limitações do trabalho.
- Utilizar a conclusão de forma adequada.
- Não atribuir ao auditor funções que não são suas (ex.: gestão).

⚠️ PODE HAVER **RELATÓRIO DIRECIONADO A USUÁRIO RESTRITO.**

A Estrutura Conceitual estabelece que somente é possível realizar asseguração se:

1️⃣ Os responsáveis reconhecem suas **obrigações** sobre o objeto.
2️⃣ Existem **critérios adequados**, **acessíveis** e **compreensíveis**.
3️⃣ O auditor tem **competência** e **independência**.
4️⃣ A entidade fornece **evidências e acesso suficiente.**
5️⃣ O objeto é **mensurável** e **avaliável** contra os critérios.
6️⃣ A **conclusão** pode ser **expressa de forma clara e útil.**

⚠️ SEM ESSAS **PREMISSAS** → O TRABALHO DEVE SER **RECUSADO** OU **LIMITADO**.

- O auditor **não é responsável pelo objeto**, nem pelos **controles internos** relacionados.
- Ele **não garante ausência total de erros** ou **fraudes**.
- Sua **responsabilidade** é fornecer uma **conclusão baseada em evidências**, não gerir ou operar processos.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA
DOMICÍLIO II



- **Domicílio Voluntário:** É aquele **escolhido pela pessoa natural** como sua **residência**, conforme o artigo 74 do Código Civil.

A MUDANÇA DESSE DOMICÍLIO É PERMITIDA E PODE OCORRER MEDIANTE **MANIFESTAÇÃO** DE **VONTADE**.



- **Domicílio Necessário:** Também conhecido como **domicílio legal ou compulsório**, é estabelecido por lei em razão de determinadas circunstâncias da pessoa. Alguns exemplos são:



PARA **INCAPAZES**, O DOMICÍLIO SERÁ O DO **REPRESENTANTE** OU **ASSISTENTE LEGAL**.



PARA **PRESOS**, É O **LUGAR** ONDE **CUMPREM** SUA **CONDENAÇÃO** DEFINITIVA.



PARA **TRIPULANTES** DE **NAVIOS**, É O **LOCAL** ONDE O **NAVIO** ESTÁ **MATRICULADO** OU **ANCORADO**.



PARA **SERVIDORES PÚBLICOS**, É O LOCAL ONDE **EXERCEM SUAS ATIVIDADES**.



PARA **MILITARES**, É O **LOCAL** ONDE **SERVEM**.

- **Domicílio Aparente:** Estabelecido pelo artigo 73 do Código Civil, é **atribuído** à **pessoa que não possui residência habitual**.

NESSE CASO, CONSIDERA-SE **DOMICÍLIO** O **LUGAR ONDE A PESSOA FOR ENCONTRADA**.



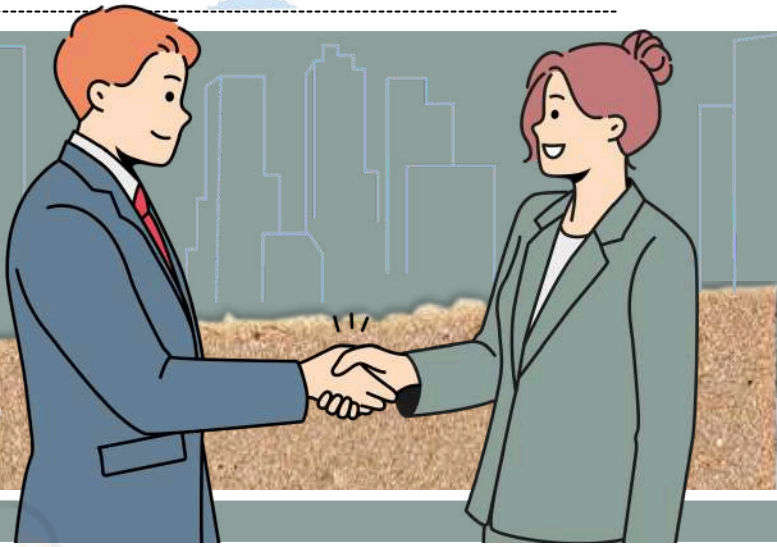
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONTRATOS VII

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DISPOSIÇÕES GERAIS I



Qualquer tipo de **serviço** ou **trabalho lícito** que não estejam sujeitos às leis trabalhistas ou a lei especial, pode ser **contratado com pagamento**.

SE UMA DAS PARTES FOR **ANALFABETA**, O **CONTRATO PODE SER ASSINADO A ROGO** (POR UM REPRESENTANTE) E DEVE SER **TESTEMUNHADO** POR DUAS PESSOAS.



- Se não houver **acordo** sobre a **retribuição**, ela será **fixada** com base nos **costumes locais, o tempo de serviço e a qualidade do trabalho**.
- O pagamento é feito após a **prestação do serviço**, **salvo** acordo em contrário ou costume local que determine adiantamento ou parcelamento.
- O contrato **não pode exceder quatro anos**. Após esse período, ele se **encerra automaticamente**, mesmo que a obra não esteja concluída.

Se não houver **prazo definido**, qualquer parte pode rescindir o contrato com aviso prévio, conforme os prazos especificados para diferentes períodos de pagamento.

DAR-SE-Á O AVISO:



I - com antecedência de **oito dias**, se o salário se houver fixado por tempo de **um mês,** ou **mais**;
II - com antecedência de **quatro dias**, se o salário se tiver ajustado por **semana**, ou **quinzena**;
III - de **véspera**, quando se tenha contratado por menos de **sete dias**.

SE NÃO FOR **ESPECIFICADO** UM **TRABALHO** DETERMINADO, PRESUME-SE QUE O **PRESTADOR** DEVE **REALIZAR QUALQUER SERVIÇO COMPATÍVEL COM SUAS CAPACIDADES**.

O TEMPO EM QUE O PRESTADOR DE SERVIÇO NÃO TRABALHOU POR SUA CULPA NÃO É CONTADO NO PRAZO DO CONTRATO.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FUNÇÃO JURISDICIONAL II

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO II



Artigo 19: O interesse do autor pode limitar-se à declaração:
I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;
II - da autenticidade ou da falsidade de documento.

Este artigo especifica que o **interesse do autor** (pessoa que inicia a ação) pode ser simplesmente **obter** uma **declaração judicial** sobre:



- **I:** A **existência**, **inexistência** ou a **natureza** de uma **relação jurídica** (por exemplo, a validade de um contrato).
- **II:** A **autenticidade** ou **falsidade** de um **documento**.

É POSSÍVEL ENTRAR COM UMA **AÇÃO JUDICIAL** APENAS PARA **OBTER UMA DECLARAÇÃO** SOBRE A **SITUAÇÃO JURÍDICA** (AÇÃO DECLARATÓRIA), MESMO SE O DIREITO JÁ FOI **VIOLADO**.

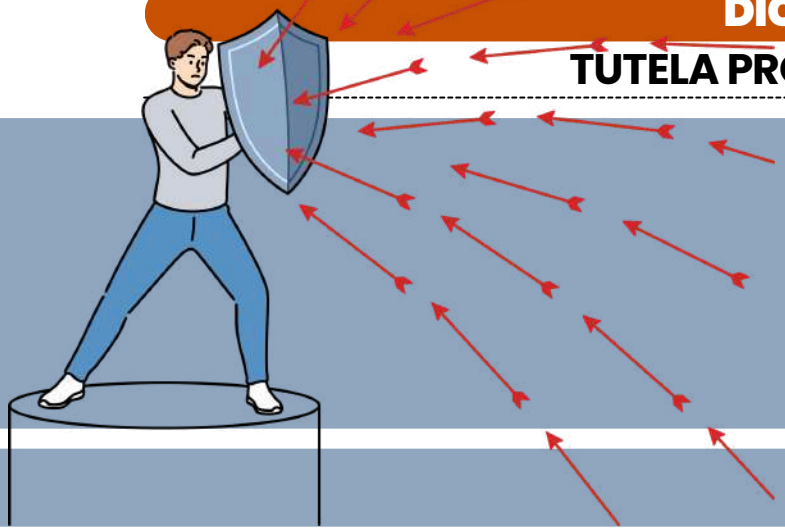
Ou seja, o autor **não precisa esperar** que um **dano ocorra** ou que **haja** uma **disputa ativa** para buscar uma declaração judicial que esclareça ou afirme um direito ou uma situação jurídica.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

TUTELA PROVISÓRIA



TUTELA PROVISÓRIA

A tutela, no contexto do Direito Processual Civil brasileiro, refere-se a uma medida judicial destinada a **assegurar temporariamente direitos** ou **situações jurídicas** que precisam de **proteção imediata**, antes da decisão final do processo.

A tutela provisória pode ser concedida com base na **urgência** (necessidade imediata de proteção) ou na **evidência** (claridade e certeza do direito).

A tutela provisória de **urgência**, **cautelar** ou **antecipada**, pode ser concedida em caráter **antecedente** ou **incidental**.

- **Tutela de urgência:** Pode ser de caráter **cautelar** (para prevenir um dano): *Ex: bloquear bens de um devedor para garantir o pagamento de uma dívida futura.*

Ou **antecipada** (para adiantar os efeitos do que se pretende com o processo): *Ex: conceder um remédio caro a um paciente que precisa do tratamento imediato.*

PROCEDIMENTO

- **Caráter antecedente:** É requerida **antes do processo principal**.
- **Caráter incidental:** É requerida **durante o andamento do processo principal.**

QUANDO A TUTELA **PROVISÓRIA** É SOLICITADA **DURANTE O PROCESSO** (CARÁTER INCIDENTAL), **NÃO É NECESSÁRIO PAGAR CUSTAS PROCESSUAIS** ADICIONAIS.

A TUTELA PROVISÓRIA **PERMANECE VÁLIDA ENQUANTO O PROCESSO ESTÁ EM ANDAMENTO**, MAS PODE SER ALTERADA OU CANCELADA A QUALQUER MOMENTO.

SE O PROCESSO FOR **SUSPENSO**, A **TUTELA PROVISÓRIA CONTINUARÁ VÁLIDA**, A MENOS QUE O JUIZ DECIDA DE OUTRA FORMA.

O JUIZ TEM A LIBERDADE PARA DETERMINAR AS **AÇÕES NECESSÁRIAS** PARA GARANTIR QUE A TUTELA PROVISÓRIA SEJA EFETIVADA.



A tutela **provisória** deve ser solicitada ao juiz que está cuidando do caso principal. Se for **antecedente**, deve ser solicitada ao juiz competente para julgar o pedido principal.

Nos casos em que a ação é de **competência originária de um tribunal** (quando o processo começa no tribunal) ou nos recursos, a tutela provisória deve ser solicitada ao órgão competente para julgar o mérito da questão.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.**

Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: a lei penal **não retroagirá, exceto** para favorecer o réu.



TEMPO DO CRIME

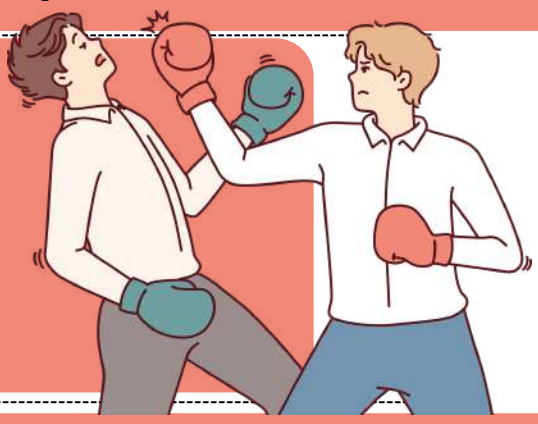
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão**.
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o **crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.**

L U T A

MNEMÔNICO

LUGAR = **U**BIQUIDADE
TEMPO = **A**TIVIDADE



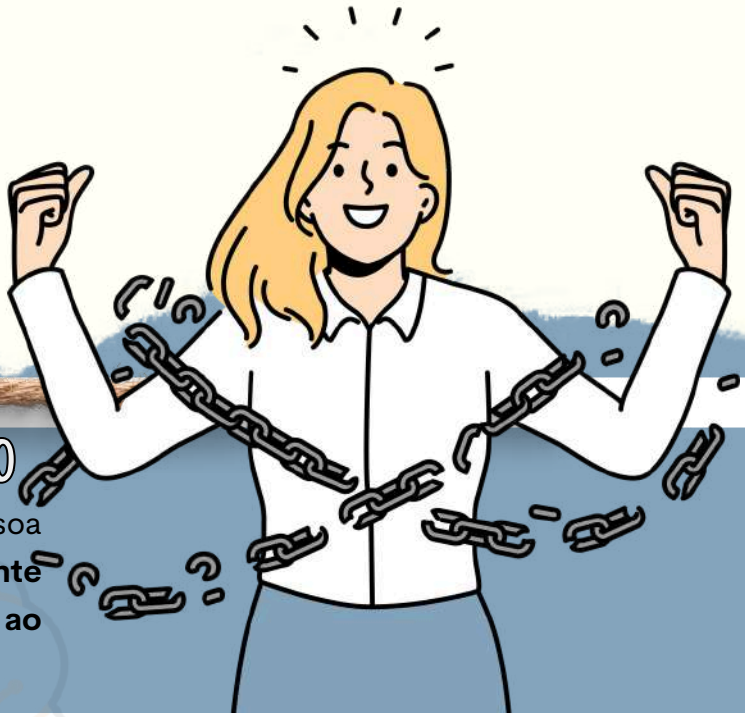
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE VIII

CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

RETRATAÇÃO DO AGENTE



RETRATAÇÃO: RECUAR NO QUE FOI DITO

A retratação é um ato no qual uma pessoa **reconhece e denuncia um erro previamente cometido às autoridades, renunciando ao que foi dito anteriormente**.

É importante destacar que, de acordo com a doutrina, **a retratação deve ser deve ser irrestrita e incondicional.**

HIPÓTESES DE RETRATAÇÃO

CASOS EM QUE A LEI A ADMITE



- O Código Penal brasileiro permite a retratação nos crimes de **calúnia e difamação antes da sentença, isentando o réu da pena.**
- A **retratação deve ser feita antes da sentença e não é aplicável ao crime de injúria.**
- Quando a calúnia ou difamação foram feitas por meio de comunicação, **a retratação deve ser feita pelos mesmos meios da ofensa, se o ofendido desejar.**
- No entanto, **a aceitação do ofendido é necessária.**

ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

De acordo com o julgamento unânime da Corte Especial no processo APn 912/RJ, relatado pela Ministra Laurita Vaz, **a retratação da calúnia feita antes da sentença resulta na extinção da punibilidade do agente**, independentemente da aceitação do ofendido. Data do julgamento: 03/03/2021.

O crime de falsa perícia ou falso testemunho também **permite a retratação antes da sentença no processo em que ocorreu o delito**, conforme estabelecido pelo artigo 342, §2°.

- Se o agente se retratar ou confessar a verdade, o ato não será punido.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE IV



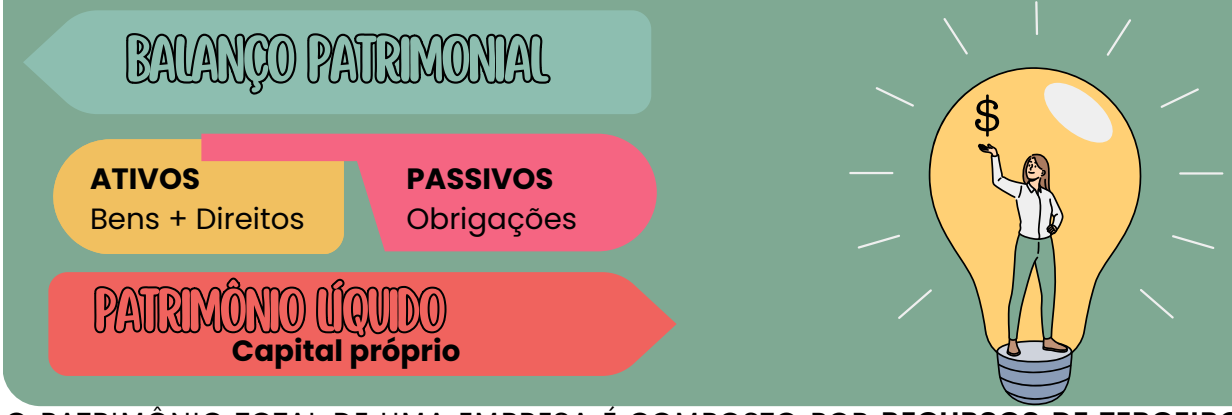
O Patrimônio Líquido é uma medida contábil que representa a situação líquida do patrimônio de uma entidade. Em outras palavras, é o valor restante dos ativos da empresa após a dedução de todos os passivos exigíveis.

- A FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO PL É SIMPLES: **BENS + DIREITOS – OBRIGAÇÕES.**

É importante notar que o PL é, estruturalmente, uma **sobra**. Isso significa que, **dos bens e direitos totais da empresa, são deduzidas as dívidas, o que resulta no valor do capital próprio da entidade.**

- É por isso que o Patrimônio Líquido é frequentemente referido como o **CAPITAL PRÓPRIO da empresa.**
- A teoria da entidade determina que o **patrimônio da empresa é composto pelo Capital Próprio mais o Passivo.**

ESQUEMA PARA MELHOR ENTENDIMENTO

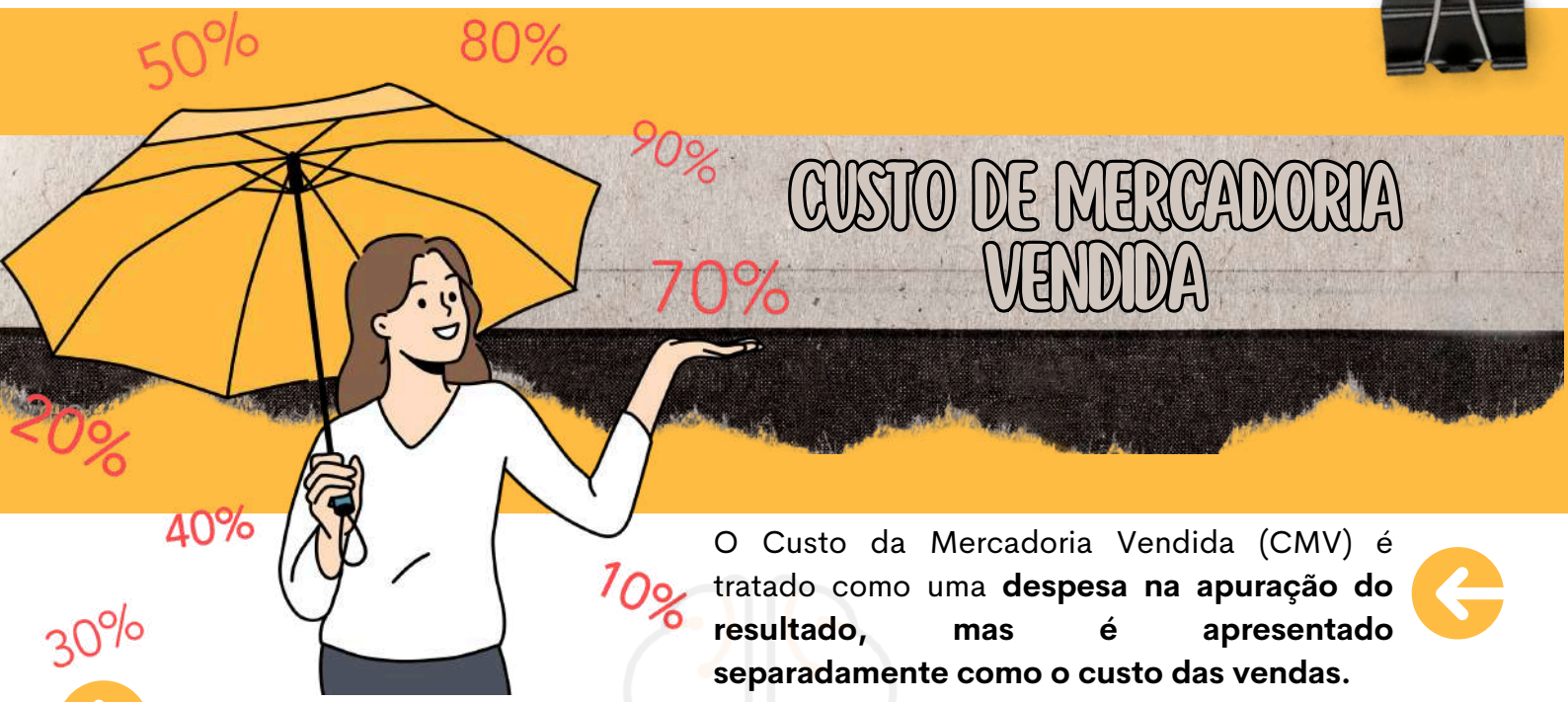


O PATRIMÔNIO TOTAL DE UMA EMPRESA É COMPOSTO POR **RECURSOS DE TERCEIROS (PASSIVO) E DOS PROPRIETÁRIOS (PL).**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DRE E DRA V



O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é tratado como uma **despesa na apuração do resultado, mas é apresentado separadamente como o custo das vendas.**

A **superavaliação ou subavaliação dos estoques** afetam diretamente o CMV e, consequentemente, **o Resultado com Mercadorias.**

O valor líquido das compras é **calculado a partir das compras brutas, adicionando despesas que geralmente constam na nota fiscal e subtraindo impostos recuperáveis**, descontos obtidos, devoluções de compras e compras canceladas.

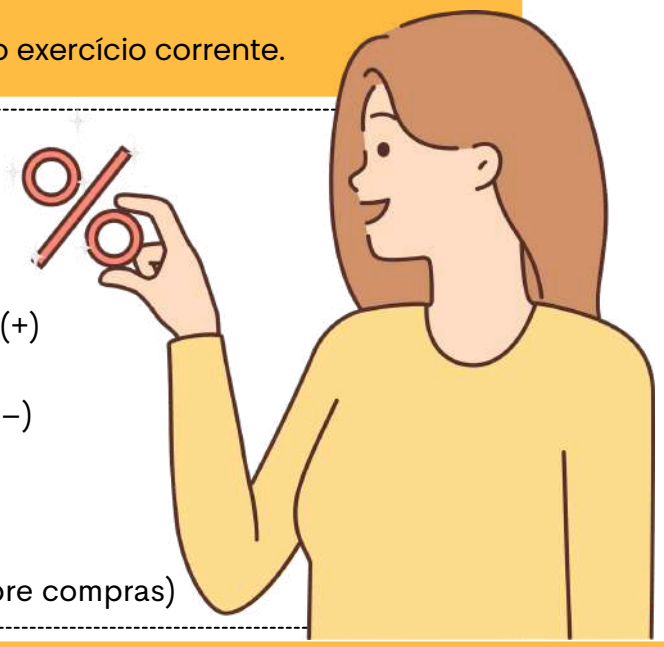
É CALCULADO PELA SEGUINTE **FÓRMULA:**

CMV = Estoque Inicial + COMPRAS LÍQUIDAS – Estoque Final

- O **Estoque Inicial** é o montante apresentado como estoque final no exercício passado.
- **O Estoque Final** é levantado pelo inventário do exercício corrente.

COMPONENTES DA **COMPRA LÍQUIDA**:

- Compras (+)
- Frete sobre compras (+)
- Seguro sobre compras (+)
- Carga e descarga de mercadorias compradas (+)
- Impostos/taxas/tarifas de importação (–)
- Descontos e abatimentos obtidos na compra (–)
- Desconto comercial obtido (–)
- Devolução de compras (–)
- Compras canceladas (–)
- Impostos recuperáveis (ICMS/PIS/Cofins sobre compras)



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ORDEM SOCIAL



SEGURIDADE SOCIAL

O artigo 194 da Constituição Federal do Brasil estabelece o **conceito** e o **alcance** da **seguridade social**, definindo-a como um conjunto de **ações integradas** que envolvem tanto os Poderes Públicos quanto a sociedade.

O **objetivo** dessas ações é **garantir** os **direitos dos cidadãos** em três áreas principais: **saúde**, **previdência social** e **assistência social**.



SAÚDE: É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À **REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇA** E DE OUTROS AGRAVOS E AO **ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO** ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA A **PROMOÇÃO**, **PROTEÇÃO** E **RECUPERAÇÃO** DA SAÚDE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: É UM **SEGURO** QUE O TRABALHADOR CONTRIBUI AO LONGO DA SUA VIDA LABORAL PARA GARANTIR UMA **RENDA** QUANDO NÃO PUDER MAIS TRABALHAR, SEJA POR **IDADE** (APOSENTADORIA), **DOENÇA** (AUXÍLIO-DOENÇA) OU OUTRAS **SITUAÇÕES** PREVISTAS EM LEI. A PREVIDÊNCIA SOCIAL É **CONTRIBUTIVA**, OU SEJA, É NECESSÁRIO QUE O CIDADÃO FAÇA CONTRIBUIÇÕES MENSAIS PARA TER DIREITO AOS SEUS BENEFÍCIOS.





ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESTINA-SE A PROVER O **MÍNIMO SOCIAL** PARA AQUELES QUE NÃO TÊM MEIOS DE PROVER A PRÓPRIA **SUBSISTÊNCIA**, SEM NECESSIDADE DE CONTRIBUIÇÃO. OS BENEFICIÁRIOS SÃO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE **VULNERABILIDADE** E **RISCO SOCIAL**.

CONTRAPRESTAÇÃO DIRETA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL:



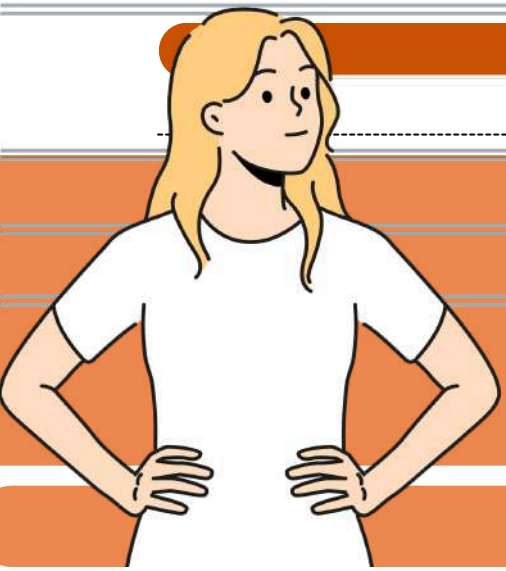
- A previdência social é a única das três áreas que exige uma **contraprestação direta**, ou seja, para que o cidadão tenha direito aos benefícios previdenciários, é necessário que ele **contribua financeiramente** para o sistema. *Por exemplo, trabalhadores registrados em carteira (CLT) contribuem para a previdência social através de descontos em seus salários.*

- Os benefícios da **previdência social** são destinados apenas aos **segurados**, ou seja, aqueles que contribuem para o sistema.

SE UMA PESSOA **NÃO CONTRIBUI**, ELA **NÃO TERÁ DIREITO** AOS **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

ORDEM SOCIAL

ORGANIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social será organizada sob o **Regime Geral de Previdência Social** (RGPS), de caráter **contributivo** e de **filiação obrigatória**, garantindo equilíbrio financeiro e atuarial.

Atenderá aos seguintes **eventos** e **situações**:



PROTEÇÃO ESPECIAL PARA **GESTANTES** E **MÃES**



DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO



COBERTURA DE **INCAPACIDADE** E **IDADE** AVANÇADA



SALÁRIO-FAMÍLIA E AUXÍLIO-RECLUSÃO PARA DEPENDENTES DE SEGURADOS DE **BAIXA RENDA**



PENSÃO PARA **CÔNJUGE**, **COMPANHEIRO** E **DEPENDENTES** EM CASO DE **MORTE** DO SEGURADO

É **proibida** a **adoção** de **requisitos** ou **critérios diferenciados** para concessão de **benefícios**, exceto:

- Para segurados com **deficiência**, avaliados por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- Para **atividades expostas** a agentes **prejudiciais** à **saúde**, **vedada** a **caracterização** por categoria **profissional** ou **ocupação**.

NENHUM BENEFÍCIO SUBSTITUTIVO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO TERÁ **VALOR MENSAL INFERIOR** AO **SALÁRIO MÍNIMO**.



- Os salários de contribuição usados no cálculo do benefício serão devidamente **atualizados** conforme a lei.
- Os benefícios serão **reajustados** para preservar seu **valor real**, conforme critérios definidos em lei.

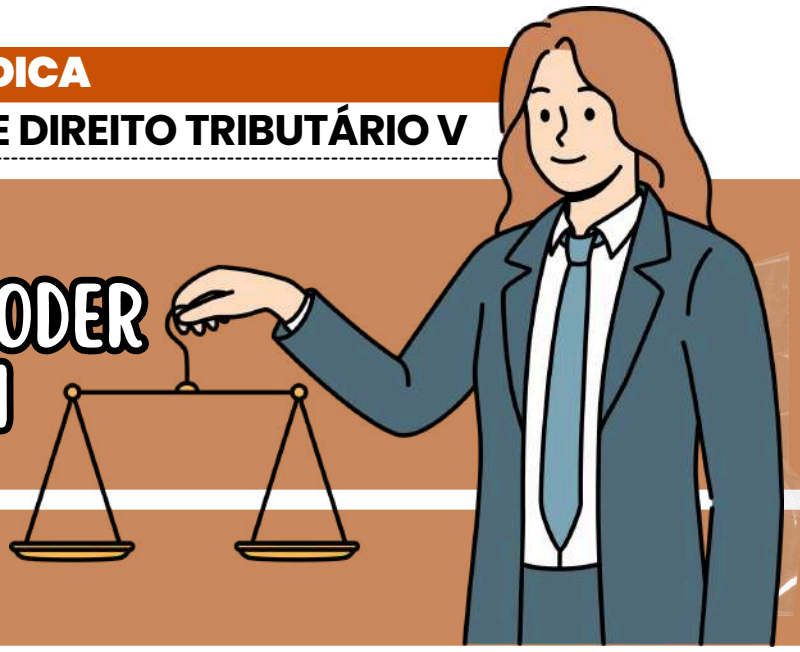
É **PROIBIDA** A FILIAÇÃO AO RGPS COMO **SEGURADO FACULTATIVO** PARA QUEM JÁ PARTICIPA DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO V

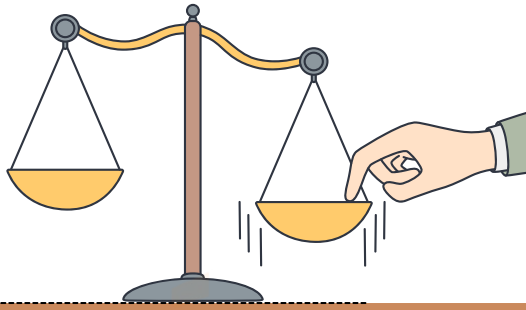
LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR I



O artigo 150, inciso I, da Constituição Federal do Brasil, é fundamental para a **proteção** dos **contribuintes** contra **cobranças tributárias arbitrárias**. Esse dispositivo estabelece o princípio da legalidade tributária, que exige que **qualquer tributo só possa ser instituído ou aumentado por meio de lei**.

Este inciso consagra o princípio da **legalidade tributária**, que é um dos pilares do direito tributário. De acordo com esse princípio:

TRIBUTOS SÓ POR LEI: NENHUM TRIBUTO PODE SER EXIGIDO OU AUMENTADO SEM QUE HAJA UMA **LEI** QUE O **INSTITUA** OU O **MODIFIQUE**. ISSO SIGNIFICA QUE A **CRIAÇÃO**, **MAJORAÇÃO**, **REDUÇÃO** OU **EXTINÇÃO** DE TRIBUTOS DEVE SER FEITA POR MEIO DE **LEI FORMAL**, APROVADA PELO PODER LEGISLATIVO.



LEI ORDINÁRIA OU LEI COMPLEMENTAR: A **INSTITUIÇÃO** E A **ALTERAÇÃO** DE TRIBUTOS PODEM SER FEITAS POR **LEI ORDINÁRIA** OU **LEI COMPLEMENTAR**, DEPENDENDO DO TIPO DE TRIBUTO E DAS ESPECIFICIDADES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

EXCEÇÕES E ESPECIFICIDADES

- **Medida Provisória:** A Constituição permite que o Presidente da República edite Medidas Provisórias (MPs) com força de lei em casos de **urgência** e **relevância**.
- No entanto, há **restrições** sobre o uso de MPs no campo tributário:
- **Limitações da MP:** Uma Medida Provisória **não pode legislar** sobre matérias que exigem **Lei Complementar**, conforme o art. 62, § 1º, III da Constituição Federal. A Lei Complementar é uma espécie legislativa que possui um processo de aprovação mais rigoroso e é utilizada para regulamentar matérias de maior complexidade e relevância, como normas gerais de direito tributário.

Exemplo Prático: Suponha que o Governo Federal deseja criar um novo imposto sobre transações financeiras. Para que esse imposto seja válido, ele precisa ser instituído por meio de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. O Governo não pode simplesmente criar ou aumentar esse imposto por meio de um decreto ou qualquer outro ato administrativo. Além disso, se a matéria exigir Lei Complementar, o governo não pode utilizar uma Medida Provisória para essa finalidade.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FATO GERADOR II



FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA II

CONDIÇÕES SUSPENSIVA

Condição Suspensiva: A situação que deve ser **cumprida** para que o ato ou negócio jurídico tenha efeito.

- Exemplo: *Um contrato de venda com uma cláusula de que a transação só se concretiza se um financiamento for aprovado.*



O FATO GERADOR É CONSIDERADO OCORRIDO QUANDO A CONDIÇÃO É **SATISFEITA**.



CONDIÇÕES RESOLUTÓRIA

Condição Resolutória: A situação que, se ocorrer, **desfaz** o ato ou negócio jurídico.

- Exemplo: *Um contrato de compra que pode ser rescindido se a mercadoria não atender às especificações.*

O FATO GERADOR É CONSIDERADO OCORRIDO NO MOMENTO DA **ASSINATURA** DO CONTRATO.

INTERPRETAÇÃO LEGAL DO FATO GERADOR

A interpretação do fato gerador deve se concentrar nas circunstâncias que levam ao surgimento da obrigação tributária e não na validade dos atos ou seus efeitos jurídicos.



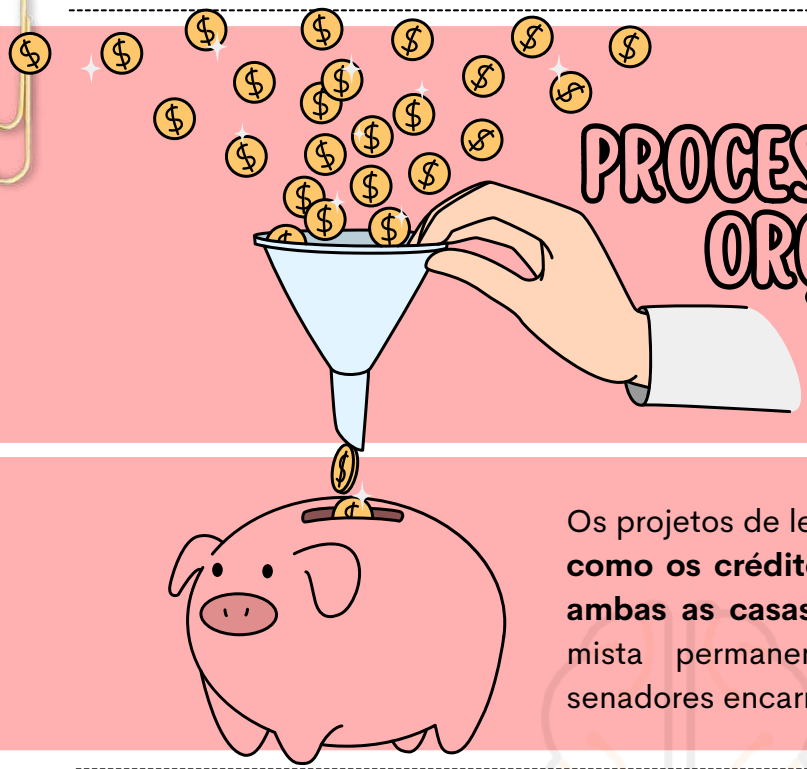
EXEMPLOS

- **FATO GERADOR:** A VENDA DE UM IMÓVEL É O FATO GERADOR PARA O IMPOSTO DE RENDA SOBRE GANHO DE CAPITAL.
  - **INTERPRETAÇÃO:** O FOCO É A TRANSAÇÃO DE VENDA, NÃO SE QUESTIONANDO A VALIDADE DO CONTRATO OU OS EFEITOS JURÍDICOS DA TRANSAÇÃO.
- F**ATO GERADOR DO ICMS:** A TRANSAÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS OU SERVIÇOS.
  - **INTERPRETAÇÃO:** A VENDA É O FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA VALIDADE DO CONTRATO OU DAS SUAS CLÁUSULAS.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO III



PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

Os projetos de lei relativos ao **PPA, LDO e LOA, bem como os créditos adicionais, serão avaliados por ambas as casas do Congresso.** Há uma comissão mista permanente composta por deputados e senadores encarregados de:

- **Analisar e emitir parecer sobre os projetos de lei** acima mencionados, além de **revisar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.**
- **Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais** previstos na Constituição.

ANOMIA ORÇAMENTÁRIA

o que precisamos saber?

A anomia orçamentária **ocorre quando um novo exercício financeiro é iniciado sem a aprovação da Lei Orçamentária**. As situações que podem causar essa anomalia são:

- O Chefe do Executivo **não envia o projeto de lei dentro do prazo estabelecido;**
- O **Projeto é rejeitado pela Casa Legislativa;**
- A **Lei Orçamentária não é votada pelo Congresso** Nacional.

Jurisprudência



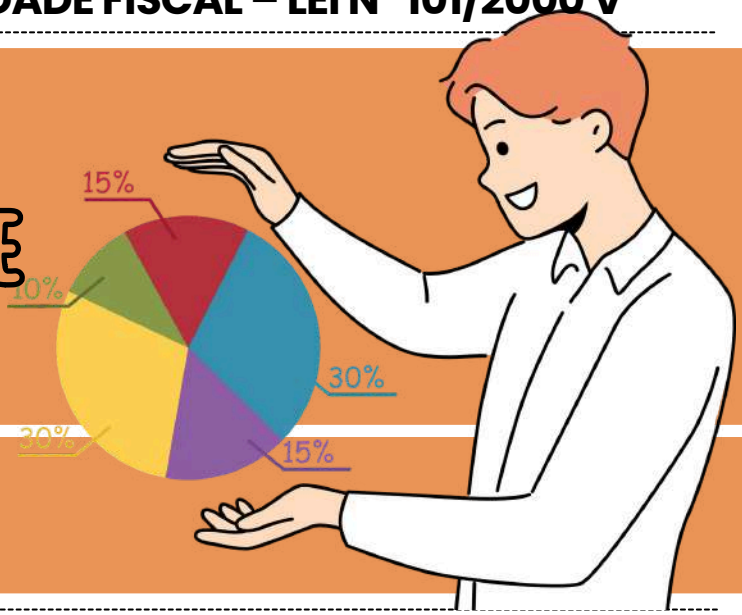
- **Informativo 1034:** Normas estaduais que impõem a lei orçamentária antes das Emendas Constitucionais 86/2015 e 100/2019 são consideradas inconstitucionais.
- **Informativo 1015:** É inconstitucional que as normas estaduais estabeleçam um limite diferente do imposto pelo artigo 166 da Constituição Federal para a aprovação de emendas parlamentares impositivas.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 V

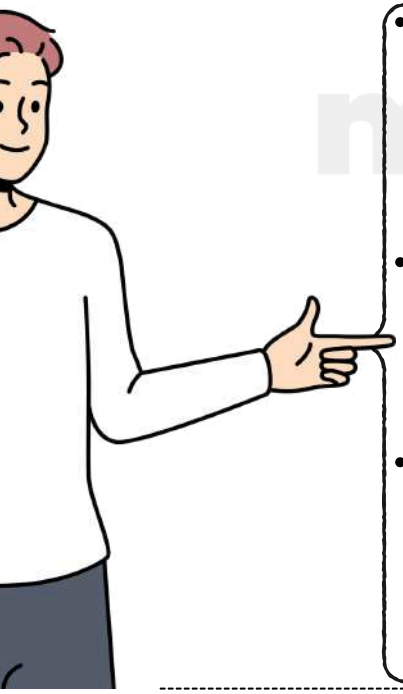
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL V



planejamento

Conforme já falamos anteriormente, o orçamento público envolve a preparação e implementação de três leis: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esse processo requer um **planejamento cuidadoso e aprovação legislativa**, seguindo a **sequência PPA, LDO e LOA**.



- De acordo com a LC 101/00, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias** também incluirá o **Anexo de Metas Fiscais**, que determina metas anuais em valores correntes e constantes, relacionadas a **receitas**, **despesas**, **resultados nominal e primário**, e o **montante da dívida pública**, **para o ano em questão e os dois subsequentes**.
- A **LDO** também **abrangerá o Anexo de Riscos Fiscais**, onde os **passivos contingentes e outros riscos** que possam impactar as finanças públicas são avaliados, indicando as medidas a serem tomadas caso se concretizem.
- Por sua vez, o **projeto de lei orçamentária anual** deve estar em conformidade com o **plano plurianual**, a **lei de diretrizes orçamentárias e as normas da LC** 101/00. A Lei Orçamentária Anual deve incluir **todas as despesas relacionadas à dívida pública, mobiliária ou contratual**, juntamente com as **receitas correspondentes**.

atenção

É proibido que o orçamento contenha **créditos com propósitos vagos ou com dotação ilimitada**.

clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA – DIREITO

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA I



A prescrição é reconhecida como a **perda do direito** de **buscar reparação** por um **dano causado**, devido à inatividade do titular desse direito durante o **prazo** estabelecido pela legislação

OS PRAZOS **PRESCRICIONAIS** SÃO **DETERMINADOS POR LEI** E **NÃO PODEM SER ALTERADOS PELA VONTADE DAS PARTES ENVOLVIDAS**, CONFORME PRECONIZA O ARTIGO 192 DO CÓDIGO CIVIL.



A prescrição, uma vez iniciada contra uma pessoa, **continua** a **transcorrer** mesmo após sua **morte**, em prejuízo de seus herdeiros ou sucessores, conforme estipulado no artigo 196 do Código Civil.

A prescrição implica na **perda da capacidade** de **exercer** uma **pretensão**, porém **não extingue o direito em si**.

- Nesse sentido, uma **dívida prescrita** permanece como uma **obrigação válida**, porém o **credor não tem mais o direito de exigir seu pagamento**, uma vez que a pretensão foi afetada pela prescrição.
- É importante ressaltar que a **prescrição** se aplica especificamente a **direitos subjetivos no sentido estrito**, onde há uma relação de **titularidade** entre uma **pessoa** e um **bem jurídico**.



Conforme previsto nos artigos 205 e 206 do Código Civil, a **prescrição** ocorre em **diferentes prazos**, dependendo das **circunstâncias,** vejamos:

PRAZOS PRESCRICIONAIS	**PREVISÃO - ARTS. 205 E 206, CC (EXCEÇÃO: ART. 1.003, CC)**	**ART. 205 - PRAZO COMUM**	**10 ANOS**
		ART. 206 - PRAZOS ESPECIFICOS	**DE 1 A 5 ANOS**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I



O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES É O CONJUNTO DE NORMAS LEGAIS QUE DISCIPLINAM A **RELAÇÃO JURÍDICA TRANSITÓRIA** ENTRE O **CREDOR** E O **DEVEDOR**.

O credor tem o direito de exigir uma **prestação pessoal**, que pode ser **positiva** (de dar ou fazer) ou **negativa** (de não fazer), sempre respeitando a **autonomia privada**, os limites da função social e a boa-fé objetiva.

No caso de **descumprimento da obrigação**, o credor pode satisfazer-se no **patrimônio** do **devedor**.

ESSA RELAÇÃO ENVOLVE OS SEGUINTES ELEMENTOS:

SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO:

- **Credor**: Aquele que tem o direito de exigir a prestação.
- **Devedor**: Aquele que tem o dever de cumprir a prestação.



OBJETO DA OBRIGAÇÃO:

- **Prestação**: A ação ou omissão que o devedor deve realizar em benefício do credor, podendo ser positiva (de dar ou fazer) ou negativa (de não fazer).

VÍNCULO JURÍDICO:

- É a **ligação** estabelecida pela norma **jurídica** entre o **credor** e o **devedor**, que confere ao credor o direito de **exigir** a prestação e impõe ao devedor o dever de cumpri-la.

Atualmente, vigora a teoria **dualista** ou **binária**, atribuída ao alemão Alois Brinz, segundo a qual a **obrigação está fundamentada em dois elementos** básicos: débito (Schuld) e responsabilidade (Haftung).

- **Débito (Schuld)**: É o **dever legal** imposto ao devedor de **cumprir** com a obrigação.
- **Responsabilidade (Haftung):** É quando o devedor **responde** pelo **inadimplemento** com o próprio patrimônio.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA COMPETÊNCIA INTERNA I



COMPETÊNCIA I

A competência do juiz é determinada no momento em que a **petição inicial é registrada** ou **distribuída**. Alterações posteriores no estado de fato ou de direito não influenciam essa competência, a menos que resultem na **supressão do órgão judiciário** ou **modifiquem a competência absoluta**.

- Se a **União** ou **suas entidades** intervenham em um processo tramitando em outro juízo, os autos devem ser remetidos ao **juízo federal competente**, com exceções para:

INSOLVÊNCIA CIVIL;



ACIDENTE DE TRABALHO;



AÇÕES DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL;



FALÊNCIA;





E AÇÕES SUJEITAS À JUSTIÇA ELEITORAL E TRABALHISTA.

OS AUTOS **NÃO SERÃO TRANSFERIDOS** SE HOUVER UM **PEDIDO QUE SEJA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO** ONDE A AÇÃO FOI INICIALMENTE PROPOSTA.

Se não for admitida a cumulação de pedidos por falta de competência, o juiz **não examinará o mérito** dos pedidos em que haja interesse da União ou suas entidades.



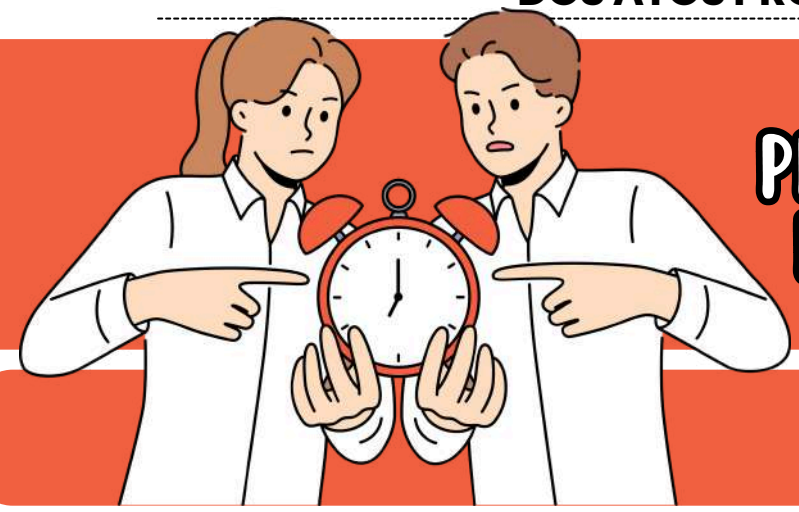
O **juízo federal devolverá os autos ao juízo estadual** sem suscitar conflito se a entidade federal que motivou a remessa for **excluída do processo**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DOS ATOS PROCESSUAIS IV



PRAZOS DOS ATOS PROCESSUAIS II

Os prazos processuais são contados de **forma inclusiva**, ou seja, o **dia do início não é contado**, mas **o dia do vencimento é**. Se o último dia do prazo coincidir com um dia em que o expediente forense é encerrado mais cedo, inicia-se mais tarde ou houver problemas de comunicação eletrônica, **o prazo se estende para o próximo dia útil**.

No caso de publicações no Diário da Justiça eletrônico, a data de publicação é considerada o **primeiro dia útil seguinte à disponibilização da informação**.

UMA PARTE PODE **ABRIR MÃO DO PRAZO** QUE LHE FOI CONCEDIDO PELA LEI OU PELO JUIZ, DESDE QUE FAÇA ISSO DE FORMA **CLARA** E **EXPRESSA**.

O juiz tem **prazos específicos** para **proferir diferentes tipos de decisões** durante o processo:



- **Despachos:** São atos do juiz que não resolvem o **mérito do processo**, como determinações de diligências ou providências.
- Devem ser feitos em até **5 dias**.

- **Decisões interlocutórias:** São decisões que resolvem **questões incidentais no processo**, como pedidos de produção de prova.
- Devem ser proferidas em até 10 dias.

- **Sentenças:** São decisões que **resolvem o mérito** do processo, ou seja, definem quem ganha ou perde a causa.
- Devem ser proferidas em até **30 dias.**

O JUIZ TEM A POSSIBILIDADE DE **PRORROGAR** SEUS PRÓPRIOS PRAZOS, DESDE QUE HAJA UM **MOTIVO JUSTIFICADO** PARA TAL. ESSE EXCESSO DEVE SER IGUAL AO **PRAZO INICIAL**.



- **LITISCONSORTES** COM DIFERENTES PROCURADORES, DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA DISTINTOS, TÊM **PRAZOS CONTADOS EM DOBRO** PARA TODAS AS SUAS MANIFESTAÇÕES, EM QUALQUER JUÍZO OU TRIBUNAL, INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO.
- A **CONTAGEM EM DOBRO** CESSA SE, HAVENDO APENAS DOIS RÉUS, APENAS UM DELES OFERECER DEFESA.
- A **REGRA NÃO SE APLICA A PROCESSOS EM AUTOS ELETRÔNICOS**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

TEORIA GERAL DO DELITO XI

TIPO PENAL DOLOSO



ENTENDENDO O DOLO NO DIREITO PENAL

O dolo é um **elemento subjetivo do tipo**, ou seja, **a intenção de realizar o crime**. Existem duas formas de dolo:

dolo direito X dolo indireto



DOLO DIRETO:

- **Dolo Direto** - quando o agente **deseja cometer a conduta e produzir o resultado**, como por exemplo, um criminoso assalta um indivíduo à mão armada. Sua intenção era realmente levar os pertences da vítima, e suas ações são realizadas para isso.

DOLO INDIRETO OU EVENTUAL:

- **Dolo Eventual / dolo indireto** - onde o **agente não tem a intenção de produzir o resultado, mas assume o risco de causá-lo.** Por exemplo, ao dirigir embriagado o motorista prevê a possibilidade de atropelar alguém, e mesmo sem querer que isto ocorresse, assume o risco.





clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ERRO II

ERRO DE TIPO ACIDENTAL



DISTINÇÃO ENTRE ERRO ACIDENTAL E DOLO

É importante compreender a diferença entre Erro Acidental e Dolo. No Erro Acidental, o agente **age consciente da ilegalidade da ação, cometendo um erro a respeito de um elemento irrelevante do fato ou errando na execução**. No entanto, **isso não o exime de culpa ou dolo.**

Existem várias categorias de Erro Acidental, incluindo Erro sobre o Objeto, Erro sobre a Pessoa, Erro na Execução, Resultado Diverso do Pretendido e Aberratio Causae.



ERRO SOBRE OBJETO (ERROR IN OBJETO):

- O erro sobre o objeto, que é um **tipo de erro que não afeta a tipicidade penal**, ocorre quando o agente acredita que sua conduta se refere a um objeto específico, mas na verdade incide sobre um objeto diferente.

Por exemplo, o agente acredita estar roubando um relógio Rolex, mas na verdade está roubando uma réplica do produto.

ERRO SOBRE PESSOA (ERROR IN PERSONA):

- O erro sobre a pessoa, ocorre **quando o agente confunde a pessoa visada, contra a qual deseja praticar a conduta criminosa**, com outra pessoa.

Por exemplo, Júlio, com a intenção de matar Abel, efetua disparos de arma de fogo contra Rafael, irmão gêmeo de Abel, confundindo-o com o alvo pretendido.



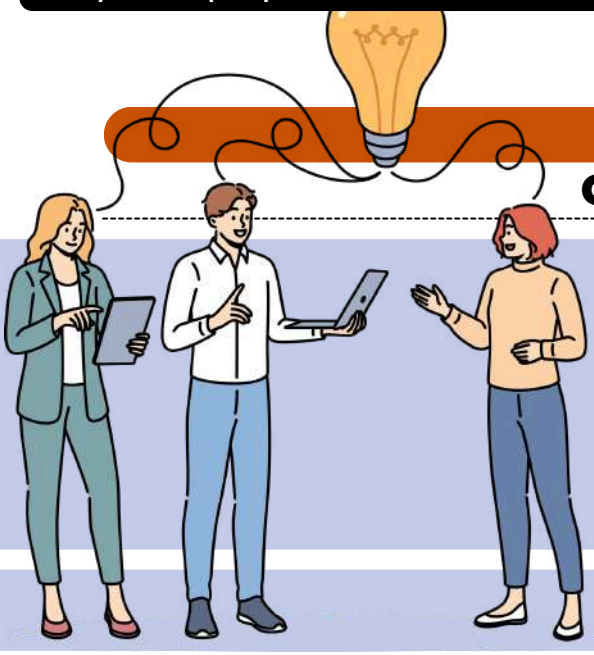
NO MOMENTO DA **APLICAÇÃO DA PENA**, SÃO **CONSIDERADAS AS CONDIÇÕES DA VÍTIMA VIRTUAL**, OU SEJA, A PESSOA QUE O AGENTE PRETENDIA ATINGIR, MAS QUE, NO CASO CONCRETO, NÃO SOFREU NENHUM DANO. **NÃO É CONSIDERADA A VÍTIMA REAL, QUE FOI ATINGIDA.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ORDEM SOCIAL



SEGURIDADE SOCIAL

A seguridade social é um dos pilares fundamentais para garantir a **proteção** e o **bem-estar** da população. Ela engloba um conjunto de **políticas públicas** destinadas a assegurar direitos relacionados à **saúde**, à **previdência** e à **assistência social**.

Organizada pelo Poder Público, a seguridade social visa atender a todos os cidadãos de maneira **justa** e **equitativa**, promovendo a inclusão e o suporte necessário em momentos de vulnerabilidade.

Organização da **Seguridade Social** pelo **Poder Público:**

I - UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO: ISSO INCLUI ACESSO A SERVIÇOS DE **SAÚDE**, **PREVIDÊNCIA** (APOSENTADORIA E PENSÕES) E **ASSISTÊNCIA SOCIAL** PARA **QUALQUER PESSOA** QUE PRECISE.





II - UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS: ISSO BUSCA GARANTIR QUE **NINGUÉM** SEJA **DESFAVORECIDO** DEVIDO À SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.

III - SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS: SELETIVIDADE REFERE-SE A DIRECIONAR **RECURSOS** DE MANEIRA **EFICIENTE** E DISTRIBUTIVIDADE A UMA DISTRIBUIÇÃO **JUSTA** E **EQUITATIVA**.





IV - IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS: ISSO ASSEGURA QUE OS BENEFICIÁRIOS CONTINUEM **RECEBENDO O MESMO VALOR**, PROTEGENDO-OS CONTRA POSSÍVEIS DIMINUIÇÕES.

V - EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO CUSTEIO: ISSO SIGNIFICA QUE OS **CUSTOS** DEVEM SER DISTRIBUÍDOS DE MANEIRA **JUSTA** ENTRE OS DIFERENTES **SEGMENTOS** DA SOCIEDADE, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA DE CADA UM.





VII - CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZADO DA ADMINISTRAÇÃO: ISSO SIGNIFICA QUE A GESTÃO DEVE ENVOLVER A PARTICIPAÇÃO DE VÁRIAS PARTES INTERESSADAS, INCLUINDO TRABALHADORES, EMPREGADORES, APOSENTADOS E O GOVERNO.

clique aqui para conhecer o material completo

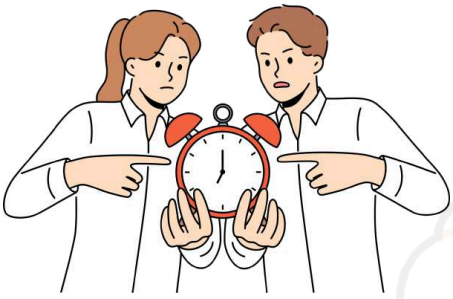
DICA

ORDEM SOCIAL



APOSENTADORIA NO RGPS I

Aposentadoria no **RGPS** se dá:



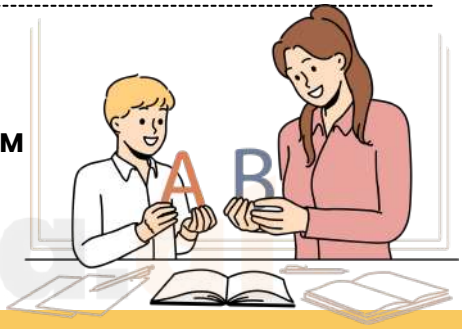
AOS **65** ANOS PARA **HOMENS** E **62** ANOS PARA **MULHERES**, COM **TEMPO MÍNIMO** DE CONTRIBUIÇÃO.



AOS **60** ANOS PARA **HOMENS** E **55** ANOS PARA **MULHERES**, PARA **TRABALHADORES RURAIS** E ATIVIDADES EM **REGIME** DE **ECONOMIA FAMILIAR**.



O REQUISITO DE IDADE SERÁ **REDUZIDO** EM **5 ANOS** PARA **PROFESSORES** QUE **COMPROVEM TEMPO** DE **EXERCÍCIO** NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.



- A contagem recíproca do **tempo** de **contribuição** entre RGPS e regimes próprios de previdência será assegurada, com **compensação financeira** conforme a lei.
- Lei complementar poderá **cobrir** benefícios não programados, incluindo **acidentes de trabalho**, pelo **RGPS** e **setor privado**.





§ 12: Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária com alíquotas diferenciadas para **trabalhadores** de **baixa renda** e aqueles **sem renda própria** dedicados ao **trabalho doméstico** em **famílias de baixa renda**.

A APOSENTADORIA PARA SEGURADOS DO § 12 TERÁ VALOR DE **UM SALÁRIO MÍNIMO**.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO IV



PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é uma **peça orçamentária que estabelece as prioridades e metas de longo prazo da Administração**. De modo regionalizado, o PPA pode dispor sobre as **diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e outras despesas de duração continuada** (com duração igual ou superior a dois exercícios).

o que precisamos saber?



O **não envio do PPA pelo Chefe do Executivo implica em crime de responsabilidade**, conforme disposto no art. 165, § 9°, da Constituição Federal. Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT)

É **aplicado quando não há lei complementar.** De acordo com o artigo 35, §2°, I, do ADCT, o projeto do Plano Plurianual (PPA) **deve ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.**

Portanto, **o PPA terá vigência nos três últimos anos do mandato do Presidente e no primeiro ano do mandato do Presidente seguinte.**

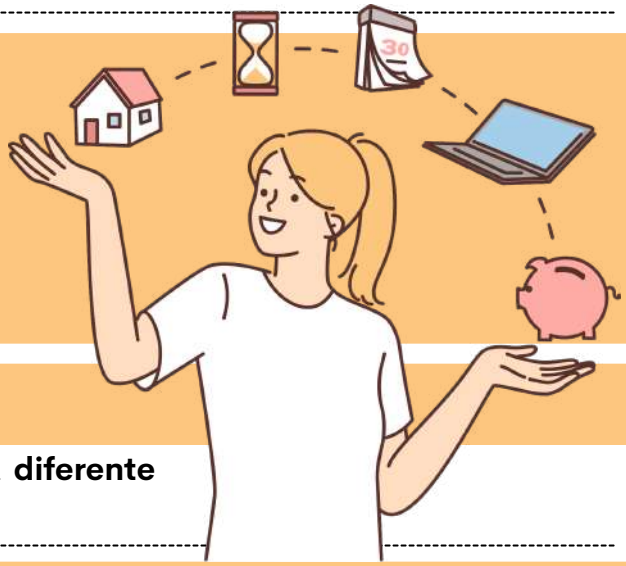
O **prazo para o envio é o mesmo da Lei Orçamentária Anual (LOA),** que é até 31 de agosto, e a aprovação deve ocorrer até o final da sessão legislativa, que é em 22 de dezembro. Consequentemente, conclui-se que **o PPA é válido por quatro anos.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO XI

IMPOSTOS DA UNIÃO II



A União **não** pode criar um tributo que seja **diferente** para diferentes estados ou municípios.

E O ESTADO E OS MUNICÍPIOS?

Também é vedado que estados, o Distrito Federal e municípios criem **diferenças** na tributação de bens com base em sua origem ou destino.

Por exemplo, um estado não pode cobrar impostos diferentes sobre um bem só porque ele foi produzido em outro estado ou porque será enviado para outro lugar. Isso evita barreiras fiscais internas, promovendo a livre circulação de bens pelo território nacional e garantindo um mercado interno mais integrado e eficiente.

Somente a União, nos seguintes casos **excepcionais**, pode instituir empréstimos compulsórios:



CALAMIDADE PÚBLICA QUE NECESSITE DE AUXÍLIO FEDERAL QUE NÃO POSSA SER ATENDIDO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS.



GUERRA EXTERNA OU SUA IMINÊNCIA



SITUAÇÕES ECONÔMICAS QUE EXIJAM A ABSORÇÃO TEMPORÁRIA DE **PODER AQUISITIVO**.

mas, o que é empréstimo compulsório?

Empréstimos compulsórios são uma forma de **tributo temporário** e **excepcional**, onde o governo **obriga** os cidadãos e empresas a emprestarem dinheiro ao Estado. Essa medida é utilizada apenas em situações de extrema necessidade, como crises econômicas graves, guerras, ou calamidades públicas que requerem um auxílio financeiro urgente que não pode ser coberto pelos recursos orçamentários disponíveis.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA I

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

A obrigação principal é aquela que resulta diretamente do **fato gerador** da **obrigação** tributária e tem como objetivo o **pagamento do tributo** ou de **penalidades pecuniárias**.

Essa obrigação é **extinta** quando o **crédito tributário**, que é a soma do tributo devido, é **quitado**.

Exemplo:

- **Fato Gerador:** Compra de um produto.
- **Obrigação Principal:** Pagar o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devido ao Estado pela compra do produto.
- Se você compra um produto, a ocorrência do fato gerador é a compra, e a sua obrigação principal é pagar o ICMS sobre essa compra.

A OBRIGAÇÃO PRINCIPAL É **EXTINTA** QUANDO VOCÊ PAGA O ICMS DEVIDO AO ESTADO.



se você ainda não entendeu...

A obrigação principal é a que decorre diretamente do fato gerador do tributo. Ela está relacionada à **obrigação** de **pagar** o tributo devido ou a penalidade resultante da violação das normas tributárias.

Exemplo Detalhado:

- **Fato Gerador**: Compra de um carro.
- **Obrigação Principal:** Pagar o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

Você realiza a compra do carro (fato gerador), e sua obrigação principal é pagar o IPVA ao Estado. Quando você paga o IPVA, você está **quitando** essa obrigação tributária principal.



CHEGAMOS AO FIM

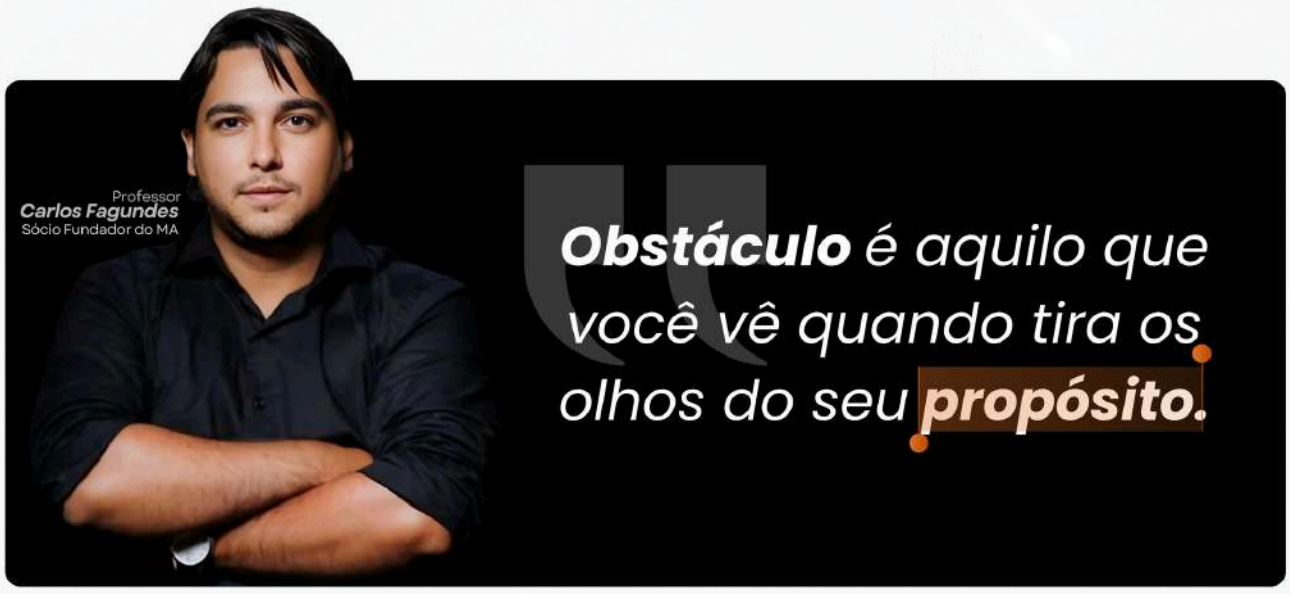
Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso do **TCE/MA!**
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ clique aqui para conhecer o material completo



→ Acesse nosso Instagram